



Anais da Assembleia

Nº 67

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, 12 DE JUNHO DE 1979.

ANO V

1.ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 9.ª LEGISLATURA

ATA DA 63.ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 12 DE JUNHO DE 1979

(TERÇA-FEIRA)

Presidência do Sr. Deputado Fabiano Braga Côrtes, secretariada pelos Srs. Deputados Domício Scaramella e Aguinaldo Pereira Lima.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Fabiano Braga Côrtes, Tércio Albuquerque, Nelson Buffara, Basílio Zanusso, Domício Scaramella, Fuad Nacii, Tadeu Lúcio Machado, Adalberto Daros, Aguinaldo Perelima Lima, Airton Cordeiro, Antônio Facci, Augusto Carneiro, Carlos Zanlorenzi, Cyro Martins, Dácio Leonel, Darcy Deitos, David Cheriegate, David Federmann, Del Ciel, Deni Schwartz, Edison Alencar, Egon Pudell, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Fidelcino Tolentino, Fiori Luiz, Francisco Escorsin, Gabriel Manoel, Gernote Kirinus, Gilberto Carvalho, João Elísio João Mansur, José Domingos, José Domingos Scarpelini, José Tavares, Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Leônidas Chaves, Lineu Turra, Luiz Alberto Oliveira, Mário Celso, Neilton Friedrich, Nestor Baptista, Nilso Sguarezi, Palácios, Paulo Camargo, Pinto Dias, Quielse Crisóstomo, Renato Bernardi, Renato Bueno, Romero Filho, Rosário Pitelli, Trajano Bastos, Túlio Zanchet, Valduga, Waldyr Pugliesi, Werner Wanderer e Wilson Fortes (58).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte EXPEDIENTE:

Requerimentos:

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e com o apoio do Plenário, REQUER regime de urgência ao Projeto de Lei nº 57/79, que cria o Município de Tupãssi.

Sala das Sessões, em 12 de junho de 1979.

(a) EGON PUDELL

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o Plenário, regime de urgência para a tramitação do Projeto de Lei nº 24/79, que visa denominar estrada Misdei Moreschi o trecho Itambé - Floresta.

Sala das Sessões, em 12 de junho de 1979.

(a) GILBERTO CARVALHO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, ouvida a Casa, regime de urgência ao Projeto de Lei nº 79/79, referente à Mensagem nº 65/79, que objetiva transformar em verba de representação a favor dos atuais Conselheiros e Auditores do Tribunal de Contas do Estado e dos atuais Procuradores do Estado, junto ao mesmo

Tribunal, as gratificações que especifica (pró-labore).

Sala das Sessões, em 12 de junho de 1979.

(a) EZEQUIAS LOSSO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a consignação em ata dos trabalhos desta Casa, de um voto de profundo pesar pelo passamento ocorrido no dia 10 de junho do corrente ano, na cidade de Ibaiti, neste Estado, da Sra. ERNESTINA DE MELLO, com 90 anos de idade.

A extinta era progenitora do Sr. Geraldo Salles, casado com a Sra. Ivone Salles, Vereador e Presidente da Câmara de Ibaiti.

Tal passamento consternou profundamente a sociedade ibaitiense, tendo em vista a grande estima, respeito e amizade que a extinta angariou durante sua vida no setor familiar e privado.

Requer ainda, que do pronunciamento desta Casa, se dê ciência à família enlutada, na pessoa do Sr. Geraldo Salles, Vereador e Presidente da Câmara Municipal de Ibaiti.

Sala das Sessões, em 12 de junho de 1979.

(a) GABRIEL MANOEL

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, seja consignado na ata dos trabalhos da sessão de hoje, um voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. JOÃO DE MARCHI, ocorrido no último dia 08 do corrente, na cidade de Bela Vista do Paraíso.

Requer, outrossim, ainda, seja dado ciência da decisão da Casa, à família enlutada, através da Câmara de Vereadores daquela cidade.

Sala das Sessões, em 12 de junho de 1979.

(a) JOSÉ TAVARES

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o Plenário, seja consignado em ata um voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. SERAFIM PADILHA, ocorrido dia 07, p.p., no Município de Contenda, pois o extinto era de tradicional família daquele município.

Outrossim, requer aprovado o presente, seja dado ciência da decisão da Casa à família enlutada, na pessoa da Sra. Antônio Padilha, na Rua Eleutério Souza Padilha, s/n, Contenda-Pr.

Sala das Sessões, em 12 de junho de 1979.

(a) CARLOS ZANLORENZI

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER a inserção em ata de um voto de congratulações ao jornal "Gazeta do Povo", de Curitiba, pela campanha de combate à violência, que está promovendo. Requer, outrossim, que da decisão da Casa se dê conhecimento ao jornalista Francisco da Cunha Pereira Filho, Diretor-Presidente daquela organização.

Sala das Sessões, em 12 de junho de 1979.

(a) JOSÉ DOMINGOS

JUSTIFICATIVA:

É das mais meritórias a promoção do jornal "Gazeta do Povo", pelo seu alto alcance social, principalmente no momento atual, quando vemos se ampliar, de forma assustadora, o ambiente da violência, não só de Curitiba, mas de todo o mundo.

É uma iniciativa louvável, que demonstra a preocupação daquela organização, de grande penetração entre todas as classes de nossa sociedade, cumprindo também, um dos objetivos que devem nortear os nossos veículos de comunicação que é mostrar a realidade dos fatos e, ao mesmo tempo, lutar pela minimização dos problemas neles envolvidos.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o Plenário, seja enviado expediente ao Dr. RENATO ANTÔNIO JOHNSON, Secretário dos Transportes, e ao Engenheiro GILBERTO GARBI, Presidente da TELEPAR, solicitando a instalação de um monocal telefônico ou PS, no Distrito de Paranagi, Município de Sertaneja - Pr.

Sala das Sessões, em 12 de junho de 1979.

(a) VALDUGA

JUSTIFICATIVA:

O Distrito de Paranagi, fica a 28 km. da sede do município, contando com mais de 3.000 habitantes, comércio, luz elétrica e outras benfeitorias, sendo um dos núcleos agrícolas do mais pujantes do norte do Paraná, pois dos seus quase 8.000 alqueires de terra de primeira qualidade, 85 por cento constitui área de produção de soja e trigo.

Com o advento da instalação de uma sub-agência do Banco Itaú S/A, torna-se necessária a instalação de telefones, tanto como finalidade social e comercial, medida esta que vem de encontro à política governamental, tanto estadual como federal, cujas diretrizes objetivam maior assistência e dinamização às zonas eminentemente agrícolas, incentivando a produção de alimento interno e de exportação.

Por outro lado, considerando o grande empenho por parte das autoridades constituídas, no sentido de solucionar problemas da classe trabalhadora rural, acreditamos estar desta forma, contribuindo para a concretização de tais metas.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente ao Sr. Presidente da COMEC, visando apurar responsabilidade sobre os defeitos da pavimentação asfáltica na Rua Centenário, em Campo Largo.

Sala das Sessões, em 12 de junho de 1979.

(a) CARLOS ZANLORENZI

JUSTIFICATIVA:

Fundamenta-se o presente, em razão de defeitos constatados trinta dias após a inauguração da obra, sendo posteriormente corrigidos com "saibro", pela Prefeitura local.

Como a medida tomada não solucionou o problema, talvez em virtude de interesses particulares da Prefeitura, que nenhuma outra atitude tomou visando recompor a pavimentação, solicitamos da COMEC as medidas necessárias, uma vez que as obras foram realizadas com recursos deste órgão.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, depois de ouvido o Plenário, que seja enviado expediente ao Excelentíssimo Sr. Secretário

dos Transportes, solicitando informações a respeito da paralisação das obras da rodovia Bela Vista do Paraíso - Primeiro de Maio.

Requer, outrossim, que da decisão do presente pedido, seja dado ciência aos Excelentíssimos Srs. Prefeitos Municipais de Bela Vista do Paraíso, Sertãoópolis e Primeiro de Maio, bem como aos Excelentíssimos Srs. Presidentes das Câmaras de Vereadores dos aludidos municípios, uma vez que tal obra lhes dizem respeito.

Sala das Sessões, em 12 de junho de 1979.

(a) JOSÉ TAVARES

JUSTIFICATIVA:

A obra objeto do presente pedido, foi iniciada na gestão do Governo anterior e, agora, segundo informações recebidas daquela região, a mesma acha-se paralisada.

Acontece, caso procedam as informações que a mesma, do seu início até agora, conta com mais ou menos 13 quilômetros de serviços estruturais e, para tanto, inúmeros proprietários doaram centenas e milhares de pés de café em troca das benfeitorias, no caso, a sua conclusão.

Entretanto, os proprietários a serem beneficiados com tal obra, além dos prejuízos patrimoniais que estão a sofrer diante da sua paralisação, sofrem também as agruras de uma obra estagnada, principalmente nos dias de chuva, quando as dificuldades de tráfego são mais acentuadas.

Por conseguinte, o Poder Público deve esclarecer quais as causas determinantes de sua paralisação, a fim de que os prejudicados, bem como a população regional, direta ou indiretamente interessados no assunto, tomem conhecimento, de uma vez, que no presente caso uma bilateralidade de interesses, estando o Estado a descumprir com sua parte.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o Plenário, seja oficiado ao Sr. Secretário dos Transportes, solicitando a pavimentação asfáltica da rodovia que liga Agro-Cafeeira a Diamante do Oeste, passando por Ramilândia, no Município de Matelândia.

Sala das Sessões, em 12 de junho de 1979.

(a) TÉRCIO ALBUQUERQUE

JUSTIFICATIVA:

Todos os pedidos de asfaltamento de rodovias no Oeste do Paraná, assentam-se sobre justificativas básicas, já conhecidas de todos.

Embora isto, salientamos o crescente progresso agrícola, comercial e industrial que se faz patente na região, cuja prosperidade se acentua diuturnamente.

O Município de Matelândia, situado no eixo Cascavel - Foz do Iguaçu, em situação polo em relação aos Municípios de Medianeira e Santa Helena, deseja o asfaltamento da atual Rodovia JG-001, servindo como alimentadora, uma vez que ligar-se-á com a Rodovia Vera Cruz D'Oeste - Santa Helena, facilitando o escoamento da produção do Município de Santa Helena e parte de Medianeira, que passando a ter suas terras parcialmente encobertas pelo alagamento da represa de Itaipu, encontrarão saída através dessa rodovia. Ainda, estudos realizados pela TRANSCON, os quais encontram-se nos escritórios de Itaipu Binacional, somados aos estudos para a construção da rodovia Marginal do Lago Itaipu, comprovam ser este trecho mais econômico, principalmente por percorrer os espigões divisores de água, evitando assim inúmeras obras de arte.

A Rodovia Municipal JG-001, já possui uma ponte de concreto construída sobre Rio São Francisco, com aproximadamente 80m de vão. Por fim, são muitos os fatores que justificam a solicitação do asfaltamento dessa rodovia, pois além das facilidades que virá oferecer, principalmente por que sua pavimentação trará maiores parcelas de desenvolvimento

às comunidades por onde passa (Agro-Cafeeira, Vila Esmeralda, Ramilândia, São Francisco e Diamante D'Oeste), fazendo ligação ainda da BR-277, com a já referida Rodovia Vera Cruz do Oeste - Santa Helena.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente à Secretaria dos Transportes, solicitando o acesso asfáltico da BR-369 ao Distrito de Juranda, Município de Município de Mamborê.

Sala das Sessões, em 12 de junho de 1979.

(a) JURANDIR MESSIAS

JUSTIFICATIVA:

O Distrito de Juranda, fica distante 1.300 metros da BR-369, e é um distrito essencialmente agrícola, e, quando da época de chuvas, fica aquele acesso à rodovia completamente intransitável, impedindo o tráfego de caminhões que fazem o escoamento dos produtos da região.

Além disso, o Distrito de Juranda conta com o serviço de telefone interurbano, Entrepósito da Cooperativa de Campo Mourão, Hospital, Posto de Saúde e tantos outros órgãos que beneficiam a comunidade.

Portanto, nada mais justo que se faça aquele acesso asfáltico, que resolverá imensos problemas que impedem o desenvolvimento do município.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o Plenário; a criação da representação local urbana do INPS, no Município de Mamborê.

Sala das Sessões, em 12 de junho de 1979.

(a) JURANDIR MESSIAS

JUSTIFICATIVA:

A criação dessa representação do INPS viria a beneficiar todos os contribuintes dessa Previdência, que dependem da mesma e tem que se deslocar até o Município de Campo Mourão, muitas vezes somente para apanhar uma guia de internamento, uma vez que, no Município de Mamborê, já existe hospital credenciado e, com a instalação da Representação do INPS, estaria solucionado um dos problemas que afligem aqueles contribuintes.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER a Vossa Excelência, ouvido o Plenário desta Casa, que se envie ofício aos Excelentíssimos Srs. Ministro da Previdência Social e Ministro da Saúde, Sr. Secretário da Saúde e Bem Estar Social, solicitando urgentes providências no sentido da construção e instalação de um Hospital Regional em Campo Mourão, Município sede da COMCAM

Sala das Sessões, em 12 de junho de 1979.

(a) DARCY DEITOS

JUSTIFICATIVA:

O Município de Campo Mourão é sede de Micro-Região da COMCAM, que congrega 19 municípios, tendo uma área de 12.218 km², e uma população de 850.000 habitantes e que representa uma densidade demográfica de 60,9, isto é, uma das maiores em todo o nosso Estado.

Tem sua renda representada pela cultura de soja, 249.986 tn, trigo, 174.989 tn, milho, 122.936 tn; arroz, 70.753 tn; feijão, 54.478 tn, entre outros produtos, o que assegura ao Estado e à União uma renda considerável.

Entretanto, nessa região não temos praticamente um

atendimento médico hospitalar aos mais necessitados, que são o sustentáculo dessa produção, pois como é sabido a rede particular de hospitais hoje é impraticável para o pequeno assalariado, daí essa nossa solicitação que preencherá a lacuna ora existente.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER a transcrição nos Anais desta Casa, do artigo do conceituado columnista José Vanderley Dias, na sua coluna do último dia 29, sob o título "A ARMA DE ÓLEO, na coluna "A Vista do meu Ponto".

Sala das Sessões, em 12 de junho de 1979.

(a) JOÃO ELÍSIO

JUSTIFICATIVA:

O citado artigo foi de uma felicidade plena ao colocar em destaque as nossas reconhecidas maneiras pacifistas, e a nossa preocupação com os destinos da paz da nacionalidade brasileira, com o advento da representação, em caráter oficial, da Organização para Libertação da Palestina, a "OLP".

A causa da Palestina é das mais nobres e da mais impenhosa necessidade que se lhe dê amparo para que não mais continuemos a assistir o espetáculo constrangedor da miséria que ronda os acampamentos provisórios daquele povo.

Todavia, perpassa um certo temor, entre os brasileiros, de que a violência empregada pela OLP em alguns outros países, seja importada para o Brasil, e venhamos a lamentar, mais tarde, o derramamento de sangue em nossa Nação.

Ressalte-se que no solo brasileiro convivem harmonicamente descendentes daqueles povos envolvidos em duras lutas no Oriente Médio, de forma compatível com a nossa formação pacifista, cuja situação esperamos que continue a perdurar.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer remessa do Projeto de Lei n.º 57/79, de autoria do Sr. Deputado Egon Pudell, que cria o Município de Tupãssi, à Comissão de Constituição e Justiça, para melhor apreciação da matéria, tendo em vista a presença de falhas e falta de precisão nos dados e documentos que instruem aquele projeto, e que serviram de sustentação para receber parecer daquela Comissão, em tais casos a única a ser ouvida.

Que o presente seja anexado ao referido Projeto de Lei.

Sala das Sessões, em 12 de junho de 1979.

(a) NILSO SQUAREZI

JUSTIFICATIVA:

As fls. 9, do Projeto de Lei 57/79, consta a informação 002/79, expedida pela Secretaria das Finanças, em que dá conta do índice de arrecadação e outros dados estatísticos do distrito que se pretende emancipar.

Todavia, o Diário Oficial do Estado do Paraná, de 30/6/78 publica os índices oficiais de todos os municípios paranaenses, verificando-se por conseguinte, que o índice de Assis Chateaubriand, incrivelmente é menor do que o índice do seu próprio distrito.

Evidente que o erro deve estar nas informações anexadas ao projeto, bem como os demais dados estatísticos, porquanto o incluso e atualização Cadastro Rural do Município de Assis Chateaubriand, é que informa, serem também, imprecisos os dados da informação, pois de igual modo o distrito apresenta maior população suína e bovina que todo o município.

O objetivo pois, é que, retornando o projeto à CCJ, possa o mesmo ser transformado em diligência e apuradas as contradições existentes, pois ninguém desconhece que os dados estatísticos que dizem respeito à zona rural, são rapidamente defasados.

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI Nº 82/79

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1.º — O servidor da Justiça não remunerado pelos cofres públicos nos sessenta dias anteriores à data em que completar setenta anos de idade, poderá requerer ao Presidente do Tribunal de Justiça, ouvido o Corregedor Geral e no interesse da Justiça, que seja submetido a exame médico pelo Instituto de Previdência do Estado, ficando afastado de suas funções ao atingir essa idade, se não obtiver pronunciamento favorável da junta médica designada por aquele Instituto.

§ 1.º — Será aposentado compulsoriamente o servidor da Justiça, se o laudo médico considerá-lo inapto para o exercício de suas funções públicas.

§ 2.º — O exame médico valerá por dois anos, sendo obrigatório novo exame, nos sessenta dias antes de findar este período, ou sempre que for ordenado pelo Corregedor Geral da Justiça, que poderá suspender o servidor até o cumprimento da exigência, com a apresentação do laudo médico favorável, por parte do mesmo Instituto, cumprindo-se, em caso desfavorável, o parágrafo anterior.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 12 de junho de 1979.

(a) DAVID FEDERMANN

JUSTIFICATIVA:

Demonstrado está, hoje, pela ciência médica, que o homem prolongou sua vida útil, quer física, quer intelectual-mente.

A própria administração federal já reconheceu essa verdade, parcialmente, estendendo para cinquenta anos de idade o limite de ingresso no serviço público.

Decorrência lógica dos fatos é a ampliação do limite da aposentadoria compulsória mediante parecer médico.

Outros argumentos exsurgem, acentuando o paradoxo do confronto do texto legal com a realidade da nossa época. O direito é ciência, e como tal, seu aprendizado se faz ao longo do exercício permanente, quer no contato diário com o fato social, quer no estudo jurídico, teórico ou aplicado. O domínio dessa ciência nasce da colaboração diária de soluções para as incalculáveis situações diversas e novas que o dinamismo do mundo moderno faz surgir em todos os setores sociais.

O conhecimento do direito é fruto de estudos plasmados no trato diuturno de sua aplicação concreta. Não deve, pois, o Estado, deixar de considerar tais circunstâncias, no seu próprio interesse, ao regulamentar a duração da carreira dos servidores que lhe prestam serviços.

Quando porém, estão eles e na maior parte, em plena capacidade intelectual, com experiência e conhecimento acumulados ao longo dos anos, são colhidos pela aposentadoria compulsória aos setenta anos de idade, muitos em pleno vigor mental, e no máximo da capacidade para prestar serviços, pois acrescentam aos estudos de tantos anos, a sabedoria e o amadurecimento próprios da idade, bem como afirmou o Dr. Alberto Brandão Muiylaerte, Procurador-Chefe da Procuradoria da República, em São Paulo, por ocasião da despedida do Desembargador Moacir César de Almeida Bicudo, da Presidência do Tribunal Regional Eleitoral, por motivo de aposentadoria compulsória.

Lembremos, a propósito do assunto, as figuras de Pontes de Miranda, que recentemente integrou a Academia Brasileira de Letras, com 83 anos de idade, ou de Vicente Rao, cujas lições antigas e novas continuam servindo de guias seguros. Por que continuam nossos tribunais privando-se de culturas jurídicas como Aliomar Baleeiro, Luiz Galotti, Osvaldo Trigueiro e tantos outros, cuja preciosa colaboração o Supremo Tribunal perdeu pelas mesmas razões etárias e superadas?

É por isso que os Estados Unidos não fixaram limites de idade para os integrantes da Suprema Corte norte-americana.

Pelas mesmas razões é que Winston Churchill, Charles de Gaulle, Adenauer, Mao Tsé Tung e Tito puderam servir às suas pátrias até a mais longevidade, em atuação pública de relevo e responsabilidade.

"Mutatis Mutandis", não é por outro motivo que o pioneiro Estado de São Paulo já tem experiência coroada de êxito, precisamente no setor dos servidores da Justiça, quando para eles estabeleceu o direito atualíssimo de continuarem as atividades funcionais, mesmo depois dos setenta anos, desde que submetidos a exame médico periódico, que atesta a capacidade física e mental, conforme a Lei nº 10.393, de 16/12/70.

Se fórmula semelhante fosse aplicada para os juristas e outros categorizados servidores públicos, em todos os setores do Estado, inúmeras vantagens adviriam, desde a economia pelo aproveitamento de seus funcionários mais experientes, até a garantia de continuidade e aperfeiçoamento da qualidade dos seus servidores especialíssimos.

Considerando, particularmente, o caso dos servidores da Justiça paranaense, cuja aposentadoria precária de três salários mínimos e outras restrições, que os colocam em situação de inferioridade chocante ao lado de seus colegas paulistas e de outros Estados da Federação - creio que é hora de começarmos por não mais sonegar os direitos dessa nobre classe sobreviver, com seus fiéis titulares e auxiliares de cartório, inclusive estes que não fazem jus a qualquer promoção ou acesso funcional, por tempo de serviço, merecimento ou concurso, nas repartições onde são tão necessários aos serviços forenses especializados.

Justo assinalar que, há pouco, o novo Governador do Estado, o ilustre paranaense Ney Braga, determinou estudos adequados para reajustar a aposentadoria dos nossos laboriosos serventuários da Justiça e outros funcionários públicos.

Assim pois, parece-nos que aplicar aos servidores da Justiça do Paraná o que já o foi aos servidores da Justiça do Estado de São Paulo, há quase um decênio - é a decisão mais justa e até tardia, porque anteriormente já deveria ter sido tomada, se os serventuários da Justiça paranaense possuísem uma associação de classe atuante para defender seus vitais interesses, como acontece com outras classes afins, inclusive a dos magistrados e dos membros do Ministério Público do Estado, que as possuem em plena atividade.

Eis, Srs. Deputados, o que se pretende cumprir, com este projeto de lei: fazer justiça aos Servidores da Justiça do nosso Estado, visando o interesse público e sem ônus algum para a fazenda estadual.

PROJETO DE LEI Nº 83/79

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1.º — Os distritos administrativos do Município de Londrina, abaixo nomeados, passam a ter as seguintes delimitações:

a) DISTRITO DE LERROVILLE

Começa na foz do Rio Apucarantina com o Tibagi, sobe pelo Rio Apucarantina até a foz do Ribeirão dos Moraes; sobe por este acima até sua cabeceira, de onde, em linha reta, alcança a cabeceira do Ribeirão Gabriel da Cunha, desce por este até sua foz no Rio Taquara, desce até a estrada que liga Paiqueré-Lerrovile, daí segue no sentido sul até o cruzamento denominado Laje de Pedra, que liga com a estrada de Guairacá, daí alcança em linha reta a cabeceira do Córrego Brasileiro, desce até o Ribeirão Barra Funda, daí segue água abaixo até sua foz no Rio Tibagi, e finalmente, segue água acima até a foz do rio Apucarantina;

b) DISTRITO DE PAIQUERÉ

Começa na foz do Ribeirão Barra Funda no Tibagi, sobe

pelo Ribeirão Barra Funda até o Córrego Brasiliano, daí em linha reta até ao cruzamento denominado Laje de Pedra que liga a estrada de Guairacá, daí segue pela estrada que liga Lerroville - Paiquerê, de onde em linha reta, no rumo de SE 40° 00' NW com 2.100 m até a estrada que liga Paiquerê - Irerê, daí por outra linha reta no rumo de SW 50° 00' NE com 2.500 metros até alcançar uma cabeceira do Ribeirão das Marrecas, daí desce por este até alcançar por uma linha reta no rumo de NW 54° 30' SE com 5.000 metros até a ponte do Rio Taquara, daí desce até ao Rio Tibagi e finalmente segue água acima até a foz do Ribeirão Barra Funda,

c) DISTRITO DE LONDRINA

Começa na divisa com o Município de Cambé, na cabeceira do Ribeirão Jacutinga, desce por este até a divisa do Município de Ibiporã, desce pelo referido ribeirão até a foz do Arroio Corupá; daí, em linha reta até a foz de um afluente na margem esquerda do Córrego Primavera, em linha reta ao entroncamento das estradas Londrina-Ibiporã-Heimtal, de onde, em linha reta, alcança o KM 202 da linha férrea São Paulo - Paraná; daí, por outra reta, à foz do Arroio Diamante no Ribeirão Limoeiro, e por este abaixo até sua foz no Rio Tibagi, de onde segue água acima até o Ribeirão dos Apertados; daí, segue água acima até a divisa do Município de Arapongas; daí, segue pela estrada de Três Barras e Rolândia, denominada Bule, segue por esta no sentido Norte até alcançar o Ribeirão Três Bocas, desce por este até defrontar a estrada denominada do Cafezal, segue por esta no sentido NE, confrontando com o Município de Cambé, até o cruzamento do Ribeirão Cambé, daí, sobe por este até sua cabeceira, e finalmente, por uma linha reta até alcançar a cabeceira do Ribeirão Jacutinga;

d) DISTRITO DE WARTA

Começa na foz do Córrego da Saúde no Ribeirão Jacutinga, sobe pelo Córrego da Saúde até alcançar a estrada de Londrina a Bela Vista do Paraíso, por esta vai até cruzar a divisa entre as Fazendas Floresta e as terras da Companhia de Terras Norte do Paraná, daí acompanha esta divisa no sentido Leste, até alcançar a divisa das Colônias Indianópolis ou Corredor e Sertanópolis; daí segue no sentido Sul até alcançar o espigão de águas entre os Ribeirões das Abóboras e Jacutinga, acompanha estas divisas até a reta NS e vai por esta no sentido Sul até o Ribeirão Jacutinga e finalmente sobe por este até a foz do Córrego da Saúde.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 12 de junho de 1979.

(a) DEL CIEL

JUSTIFICATIVA:

A Fundação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, através de ofício, solicitou à Prefeitura Municipal de Londrina a revisão da delimitação dos Distritos daquele município, de vez que ocorrem divergências em suas demarcações.

Atendendo tal pedido, a Prefeitura Municipal oficiou à Câmara para que, nos termos da Lei Orgânica dos Municípios, concedesse a indispensável autorização para que o Executivo Municipal representasse junto a esta Casa de Leis, solicitando a retificação necessária.

Pelos motivos acima expostos, justifica-se plenamente o presente plano de lei que ora submetemos à aprovação de nossos nobres Pares.

PROJETO DE LEI Nº 84/79

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Aos inscritos no Instituto de Previdência e Assistência aos Servidores do Estado do Paraná - IPE, e na Carteira de Pensões dos Serventuários da Justiça - CPSJ, que se encontrarem em atraso com suas contribuições, será concedida

redução sobre a multa juros e correções incidentes, nas seguintes condições:

a) Redução de oitenta por cento aos que saldarem seus débitos dentro de 30 (trinta) dias, contados da publicação dessa lei;

b) redução de setenta por cento aos que saldarem seus débitos dentro de 60 (sessenta) dias contados da publicação desta lei;

c) Redução de cinquenta por cento aos que saldarem seus débitos dentro de 90 (noventa) dias da publicação desta lei.

Art. 2.º — Os benefícios desta lei se estendem aos contribuintes que já obtiveram parcelamento de seus débitos, incidindo a redução apenas sobre as parcelas vincendas.

Art. 3.º — O IPE expedirá, em 10 (dez) dias, as instruções complementares que se fizerem necessárias à execução desta lei.

Art. 4.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 12 de junho de 1979.

(a) FABIANO BRAGA CÔRTEZ

JUSTIFICATIVA:

São inúmeros os servidores que, por motivos diversos, se licenciam da função pública. No entanto, como não perdem a condição de funcionários, subsiste sua vinculação ao sistema previdenciário do Estado, e, por consequência, a obrigação de recolherem as contribuições devidas ao IPE.

Em se tratando de uma contribuição compulsória, em caso de infortúnio, tal obrigação se transfere aos herdeiros, de cujos benefícios são deduzidos todos os débitos, trazendo-lhes por vezes, sérias dificuldades.

Em débito também se encontram muitos serventuários da Justiça, da categoria dos não remunerados pelos cofres públicos, notadamente os titulares de pequenas serventias, de rendas inexpressivas. Estes serventuários não recolhem com a regularidade desejada as contribuições devidas à Carteira de Pensões, sendo agravada a situação pela circunstância de prever a lei seu desligamento do sistema previdenciário.

Sabido por todos que tais atrasos não decorrem, sistematicamente, de negligência pura e simples, mas de carências econômico-financeiras, que afligem grande parte da população brasileira.

A acumulação de multas, juros e correção monetária incidentes sobre as contribuições em atraso, certamente tornam cada vez mais difícil, senão impossível, a regularização dessa situação.

A exemplo do que vem fazendo o Governo Federal, deve e pode o Estado, pelos meios a seu alcance, concorrer para minorar as dificuldades apontadas. A redução dos acréscimos derivados da mora, da falta de pontualidade do pagamento é o instrumento mais adequado, se usado, como no projeto, por tempo limitado e com a indispensável moderação.

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) Está finda a leitura do expediente.

Com satisfação registramos, a presença neste plenário, do Sr. Jorge Vieira, Vereador do Município de Umuarama.

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Nelson Buffara, inscrito.

Ausente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Adalberto Daros, inscrito.

O SR. ADALBERTO DAROS — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Não devo, nesta oportunidade, Sr. Presidente e Srs. Deputados, fazer um apelo à Comissão Executiva desta Casa, no que diz respeito ao funcionamento da Assembléia Legislativa; mesmo porque, tenho certeza que esta Comissão fará, como tem feito, esforços para que o funcionalismo da Assembléia Legislativa do Paraná possa ver de perto a reformulação de seu quadro,

bem como a reestruturação efetivamente que deve ser feita, para uma melhoria em termos financeiros de todos os funcionários desta Casa.

Referindo-me a isto, Sr. Presidente, Srs. Deputados, devo, nesta oportunidade, apresentar um requerimento apenas. Um requerimento que diz respeito ao Tribunal de Contas do Estado do Paraná que, pelo menos, de acordo com a Constituição do Estado, é um órgão auxiliar desta Assembléia Legislativa. Quando me referi a funcionalismo da Assembléia, quis que viesse de encontro à ansiedade dos funcionários desta Casa, no que diz respeito à reformulação da mesma.

E vejo, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que no ano passado a Assembléia Legislativa do Estado aprovou a reestruturação do Tribunal de Contas, que se transformou na Lei 7077, de 03 de janeiro deste ano, publicada no Diário Oficial de 04 de janeiro de 1979.

Mas, Sr. Presidente, a nossa intenção nesta oportunidade, é para requerer à Mesa, um pedido de informações ao Tribunal de Contas do Estado.

E nestas condições, Sr. Presidente, pela exigüidade do tempo que disponho no Pequeno Expediente, passo a ler o requerimento de nossa autoria. (Lê):

“Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, CONSIDERANDO que a Portaria 379/79, do Tribunal de Contas, de 25 de abril de 1979, aprovou instruções especiais que regulam o processo seletivo interno para provimento de cargos de Técnico de Controle Externo e Oficial de Controle, do Quadro Próprio do Corpo Instrutivo do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, bem como cumpre ao que dispõe o Art. 24 da Lei 7077, de 03 de janeiro de 1979, publicada no Diário Oficial do Estado, sob o número 459, de 04 de janeiro de 1979, REQUER o envio de expediente ao Excelentíssimo Sr. Dr. LEONIDAS HEY DE OLIVEIRA, digníssimo Presidente do Tribunal de Contas do Estado, solicitando as seguintes informações:

- 1) Qual o número de vagas existentes para os cargos iniciais de Técnico de Controle Externo e Oficial de Controle?
- 2) Qual a data marcada para a realização (início) do concurso seletivo interno?
- 3) Quantos funcionários do Quadro Próprio e Instrutivo fizeram suas inscrições? Relacionar nomes, funções atuais, bem como as datas de nomeações.

Sala das Sessões, em 12 de junho de 1979.

(a) ADALBERTO DAROS”

Somente isto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) Concedo a palavra, no Pequeno Expediente, ao Sr. Deputado Airton Cordeiro, inscrito.

O SR. AIRTON CORDEIRO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

(Lê): “Democrata acostumado a conviver com os contrários, a ouvir-lhes a opinião, a examinar a natureza dos questionamentos, freqüentemente aceitando até a reformulação de conceitos, de posições, posso garantir que não é sem surpresa que acompanho a notícia de que no Brasil estão sendo preparados os caminhos para a abertura de um escritório da Organização para Libertação da Palestina - OLP.

A sigla a que nós, brasileiros, nos acostumamos a associar a todo um processo de terror, de sangue e de lágrimas, verdadeira multinacional do terror, está, definitivamente, colocada em exame pelos organismos oficiais brasileiros.

A notícia não dá margem a desmentidos oficiais. Também não comporta erros de interpretação ou mal-entendidos, pois ganhou as manchetes da imprensa brasileira e o exame da imprensa mundial. Recebe a repulsa dos homens que, nascidos à sombra da Cruz, nesta Terra de Santa Cruz, fizeram da paz seu arauto e da convivência pacífica com o seu próximo e seus vizinhos, um módulo de vida.

Sem emocionalismos, numa posição crítica que nos obriga a examinar a história recente, pelo documento insuspeito dos fatos, a sigla OLP está associada, sem qualquer exagero, às atividades terroristas mais sangüinárias. A OLP e outros movimentos de terror, atingem fundamentalmente as populações civis, indefesas e sobre as quais não pesam culpas, senão a de estarem localizadas em áreas visadas pelo terror. A OLP nada tem a ver com as nossas tradições, e se chegar aqui, se instalará contra todo um sentimento nacional.

Ao democrata não agrada a idéia de conviver com os profissionais do terror. Parta o terror de onde partir. Leve a sigla que levar. Esconda-se ele sob capas dóceis ou sob pretextos das causas justas.

No Brasil, felizmente, o ideal de uma grande comunidade internacional é vivido de forma singular. À mesma mesa, nos ambientes sociais e de trabalho, nas ruas, nos cinemas, nos estádios de esporte, nos parlamentos como nesta Casa, na administração pública, em todos os níveis, gente de todas as raças, credos e cor, convive sob a inspiração do respeito recíproco que deve contribuir para a aproximação dos homens do mundo inteiro.

Sr. Presidente, Srs. Deputados. Esta posição que assumo não é manifestação contrária às reivindicações do povo palestino. Sou daqueles que acreditam que a existência de homens de bem, acostumados a conjugar palavras de entendimento e pacificação, como o fazem Sadat e Begin, acabará por achar o caminho da correta solução para os sem-pátria palestinos.

Da mesma forma, como em outros tempos, a consciência nacional levantou suas vozes contra interferências externas, partidas até de amigos, seculares como os Estados Unidos, é hora de um novo movimento de opinião.

Desta vez, querem nos impingir a presença e atuação em território brasileiro, de um organismo que fará ponte para atividades clandestinas, especializado por onde tem passado, em desestabilizar governos, promover seqüestros políticos, seqüestros de aviões, assassinar grupos étnicos que lhe são avessos, promover a guerra.

Os democratas brasileiros que se opõem ao fascismo e ao comunismo, aos radicalismos da direita e à doença radicalista do esquerdismo, dizem, estou certo, um não à OLP. Aos que duvidam, proponho a realização de um inquérito popular, com isenção, onde o peso dos petrodólares não impeça a livre manifestação de pensamento deste povo que ama a paz e que, de tudo é capaz, para não perdê-la”.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) Concedo a palavra, no Pequeno Expediente, ao Sr. Deputado Gabriel Manoel, inscrito.

O SR. GABRIEL MANOEL — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Ouvimos com bastante atenção o brilhante pronunciamento do nobre Deputado Adalberto Daros, ao apresentar requerimento de sua autoria.

Mas, devemos dizer que, muito embora contra a nossa vontade, votaremos contra, porque, quando ele diz, no item primeiro do requerimento: “Qual o número de vagas existente para cargos iniciais de técnicos de Controle Externo e Oficiais de Controle no T.C.; qual a data marcada para a realização do concurso público e início desse concurso seletivo interno; quantos funcionários do Quadro Próprio e Instrutivo fizeram suas inscrições, relacionar as funções, bem como as datas de nomeações”.

Ora, Sr. Presidente, Srs. Deputados, embora contrariando a atenção, a amizade e a dedicação que tenho pelo nobre Deputado Daros, ele solicita uma coisa que já foi fixada, que já foi publicada e já foi, por este Paraná todo, dada a notícia da realização desse concurso, que ainda não foi realizado.

Como poderia, neste momento, a Assembléia Legislativa do Paraná fazer uma solicitação neste teor, ao ilustre Presidente

Tribunal de Contas, Dr. Leônidas Hey? Não tenho procuração do meu Líder, e muito menos do Presidente do Tribunal de Contas, apenas procuro justificar o meu voto contrário a esse requerimento do meu companheiro, ilustre amigo Deputado Daros, homen afeito às coisas de sua gente, às coisas de sua terra.

Tudo o que ele pede aqui, foi publicado pelo Tribunal de Contas. Seria assim uma inocência e uma incoerência por parte desta Assembléia, solicitar ao Sr. Presidente do Tribunal de Contas, que nos envie uma cópia do que já foi de sobejo publicada, ou passaremos por impertinentes, ou passará a Assembléia por negligente, por não estar atualizada das coisas que acontecem em um dos apêndices da Assembléia, que é o Tribunal de Contas.

Tudo o que o Deputado Daros pede aqui, já foi publicado nos órgãos oficiais, na portaria do Tribunal de Contas, e é por isso, que, pedindo vênica ao meu amigo Deputado Daros, solicitará à minha bancada que votasse contra este requerimento e que nós, com o Deputado Daros, fôssemos, dentro da humildade peculiar daquele Deputado, verificar a antecedência, verificar a publicidade, quantas vagas existentes, pois estas vagas foram afixadas nos corredores do Tribunal de Contas e foram publicadas nos jornais desta Capital.

Os funcionários do Quadro Próprio também fizeram as suas inscrições dentro de um regime democrático, dentro de um regime de seletividade humana.

Então seria, Sr. Presidente, Srs. Deputados, chovermos no molhado, ao pedir do Sr. Presidente do Tribunal de Contas que nos mandasse dizer o que todos sabem, de sobejo. Seria então a negligência patenteada e como dizemos na gíria, não podemos passar recibo,; então por isso votarei contra o requerimento do meu amigo Deputado Adalberto Daros, embora constandigo. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) Concedo a palavra ao Sr. Deputado Nilso Sguarezi, inscrito.

Tendo declinado, concedo a palavra ao Sr. Deputado João Elísio, inscrito.

O SR. JOÃO ELÍSIO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

(Le): Assomamos à tribuna na data de hoje, para apresentar um requerimento objetivando a transcrição nos Anais desta Casa, do artigo do consagrado colonista José Wanderley Dias, na sua coluna "A Vista do Meu Ponto", do dia 29 último, sob o título "A ARMA DO ÓLEO".....

O artigo expressa, temos certeza, a opinião da maioria do povo paranaense e brasileiro.

Todos nos preocupamos com a sorte dos nossos irmãos palestinos, no seu anseio justo de uma pátria para morar, para viver, para desenvolver-se.

Assim como nos preocupávamos pelos destinos dos filhos de Israel, na sua diáspora, cujo coração confrangia-se em habitar em uma nação que não fosse a sua, no local se seus ancestrais.

Somos dos que entendem não ser o radicalismo a melhor forma de se reivindicar, de conseguir os justos direitos.

Todos nos lembramos os épicos momentos vividos pelos israelitas pioneiros, pelo seu acendrado amor com que se atiravam à dura tarefa de construir e consolidar a sua pátria, obtida através dos esforços da comunidade internacional, sobressaindo-se na ocasião, o patricio Osvaldo Aranha.

Da mesma forma, há que se interessar pela causa palestina.

Todavia, não podemos concordar com as formas violentas de reivindicação.

No momento em que se processam medidas rápidas para a constituição de uma representação oficial da Organização para Libertação da Palestina em nosso País, confessamos que uma ponta de temor nos toma conta, não só de nossa pessoa, porém, dos vários segmentos de nossos concidadãos.

A Organização para Libertação da Palestina, mais conhecida através da sigla OLP, é apenas uma das organizações das que

lutam pela nobre causa palestina.

Tem ela se envolvido em vários países do mundo em fatos que se constituíram de violência inextinguível, atingindo, não raro, pessoas alheias aos conflitantes.

A Nação brasileira é internacionalmente conhecida pelas suas tradições pacíficas. Procura-se resolver os mais intrincados problemas, e as causas mais profundas, utilizando-se sempre dos métodos da razão. Nestas plagas, coabitam os descendentes de judeus e de árabes, com seus afins. Verifica-se, em algumas vezes é verdade, até o casamento entre descendentes das duas raças.

Daí o fato de termos com apreensão o estabelecimento daquela organização em nosso solo, ao tempo que, reputamos como das mais oportunas e sábias as colocações expendidas pelo colonista José Wanderley Dias, que pretendemos seja incluída nos Anais desta Casa".

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) Concedo a palavra, no Pequeno Expediente, ao nobre Deputado Renato Bueno, inscrito.

O SR. RENATO BUENO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Quando tomei a decisão de pleitear, através de minha candidatura a Deputado Estadual, minha volta a este Poder Legislativo, além da vocação para a vida pública, que julgo possuir, também me influenciou muito o conhecimento que por força da minha profissão de médico, tinha nos graves problemas de saúde pública, que, infelizmente, ainda existem em nosso Estado.

Daí porque é com a maior satisfação que hoje quero registrar, desta tribuna, que a Secretaria da Saúde e Bem Estar Social de nosso Estado, houve por bem, em data de 09 deste mês, proporcionar no município que também tenho a honra de representar nesta Casa, o Município de Cascavel, um seminário sobre importantes temas de Saúde Pública de grande alcance social.

Quero destacar aqui, dentre esta programação que ocupou todo o dia de sábado no Município de Cascavel, alguns temas que servirão inclusive para que eu faça pronunciamentos outros nesta Casa.

Quero referir-me, por exemplo, à abertura feita pelo ilustre Secretário Oscar Alves, abordando, neste Ano Internacional da Criança e Ano I da Criança Brasileira, o tema "Calor Humano e Política de Saúde e Bem Estar Social".

Outros temas proferidos, debatidos por eminentes especialistas, como filosofia, objetivos do Ano Internacional da Criança, Saneamento Domiciliar, Imunizações, Nutrição, Hábito Alimentar do Soja, e que vêm de encontro à região que mais produz este produto lá no Sudoeste do Paraná. A Soja, pelo Instituto Nacional de Alimentação e Nutrição. O debate sobre a prioridade destes temas todos.

E quero também destacar a participação, neste seminário, do eminente Dr. Newton Grein, que dirige, com muita capacidade, com muito discernimento, o Instituto de Assistência ao Menor, a brilhante palestra sobre Prevenção e Marginalização do Menor.

E para satisfação, nesta ida a Cascavel, Sr. Presidente, Srs. Deputados, tivemos a honra de participar junto com o eminente colega desta Casa, o ilustre Deputado Tércio Albuquerque da recepção em Foz do Iguaçu, ao ilustre Ministro da Saúde, que lá foi também presidir o Seminário ocorrido em data de ontem, que nós tivemos também a honra de participar.

E quero destacar que nesta visita a Foz do Iguaçu, fomos recepcionados com a lhanza de trato que caracteriza o Deputado Tércio Albuquerque, representante daquele município nesta Casa. Fomos convidados também pelo ex-Ministro e atual Presidente da Itaipu Binacional para, em companhia da comitiva do Ministro da Saúde e da comitiva do Secretário da Saúde do Estado, visitarmos o canteiro de obras de Itaipu, no domingo pela manhã.

No relato que nos fazia no ônibus que nos levava àquele canteiro de obras, o Presidente da Itaipu Binacional, Sr. Costa Cavalcanti, reiterava, por meu intermédio, aos membros desta Casa que, em toda a sua representação, não deixem de comparecer àquele obra extraordinária que o Brasil e o Paraguai realizam em Foz do Iguaçu, no próximo dia 28, para se inteirarem de problemas de toda ordem, referentes àquele obra, e que têm sido objeto, muitas vezes, de debates nesta Casa.

Era só, Sr. Presidente. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Mário Celso, inscrito.

O SR. MÁRIO CELSO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Quero apenas, registrar um agradecimento muito pessoal, e exaltar também a participação dos Srs. Deputados na CPI do Menor Abandonado.

Entendo, como meta prioritária deste Governo, realmente o trabalho em prol da reformulação do sistema que se aplica atualmente quanto à assistência social neste País. Principalmente, no que se refere ao menor abandonado.

Sentimos, diariamente, através de noticiários pelo rádio, pela televisão, pelos jornais, a preocupação de todos, não só no Brasil, mas em todo o mundo, pela problemática do menor abandonado.

Simpósios, congressos são realizados diariamente. E não estamos alheios a essa preocupação. A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná está presente, e mais viva do que nunca, de maneira especial até, encara o problema do menor abandonado como muito importante.

Queremos aqui, agradecer as presenças dos ilustres com panheiros de Casa, Deputados João Elísio, Airton Cordeiro, José Domingos, Adalberto Daros, integrantes da CPI, e mais ainda, aos Deputados Renato Bernardi, Tadeu Lúcio Machado, Darcy Deitos, Antônio Facci, Túlio Zanchet, Antônio Romero, que participaram da primeira reunião, com a presença do Diretor do IAM, Dr. Newton Grein.

Agradecemos também a presença do Deputado Fabiano Braga Côrtes, Presidente desta Casa, que esteve em nossa CPI. Agradecemos ainda o trabalho estafante de nossas taquígrafas, aos funcionários da Casa que nos atenderam tão bem, e ainda à Doutora Myrthes, que exerceu o trabalho de secretária.

Sinceramente, queremos, a cada gesto, registrar deste plenário, porque é importante que todos os Srs. integrantes desta Casa tomem consciência do que acontece nos bastidores, nas salas de comissões. É importante que a imprensa, que também vem exaltando o trabalho deste Poder Legislativo, que vem dando força a todas as CPIs, que se realizam nesta Casa, também tomem conhecimento do nosso trabalho, porque nós temos a obrigação de dar esta justificativa perante o povo que nos elegeu e que nos trouxe até esta Casa.

Sinceramente, agradecemos de coração a esses Deputados que têm mostrado grande preocupação com o problema do menor abandonado, e convidamos todos, mais uma vez, a todos os Srs. Deputados e a todos os habitantes deste Paraná, deste Brasil, para que participem ativamente desta CPI do Menor.

Amanhã mesmo, já cedo, às 8:30 horas, teremos nova reunião na Sala das Comissões deste Palácio, quando então teremos mais uma vez a presença do Diretor do IAM, Dr. Newton Grein, quando ele estará respondendo às indagações, às perguntas, a primeira reunião foi apenas uma explanação, uma exposição da situação atual do menor abandonado no Paraná especificamente, e agora nessa próxima, amanhã, às 8:30 horas, teremos a participação dos Srs. Deputados com perguntas, com indagações e a certeza da presença, mais uma vez, do Diretor do IAM, com o seu conhecimento e seu valor, prestando informações que serão preciosas para o Poder Legislativo, poder conseguir subsídios para encontrar soluções e também para esclarecimentos que visem o bem estar do menor abandonado do

Paraná e do Brasil. Era só, Sr. Presidente.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) Concedo a palavra, no Grande Expediente, ao Sr. Deputado Nelson Friedrich.

O SR. NELTON FRIEDRICH — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

(Lê): "O arbítrio que se generalizou no País, nestes últimos anos, contagiou autoridades de todos os escalões da administração pública brasileira.

A prepotência, os desmandos e as aberrações administrativas, deixaram de ser privilégios de alguns poucos municípios, estados e altos escalões do Governo da União, pois episódios se repetem a cada instante na recente história brasileira.

Os maus exemplos se proliferaram. E, ainda que a contragosto, nos cabe aqui denunciar o que vem ocorrendo com o mandatário do Município de Toledo, que reflete toda essa situação anômala e excepcional vivida em nosso País.

O Prefeito Municipal, preocupado em dar vazão à sua obsessão de todo-poderoso, demonstrou recentemente sua duvidosa preparação político-administrativa, fazendo do Orçamento do Município de Toledo a edição de um pequeno ato excepcional, digno dos apologistas da hipertrofia do Poder Executivo.

Em remetendo o plano orçamentário à Câmara Municipal daquele município, contendo disposições que o tornariam senhor de todas as ações legislativas e executivas, objetivou amplos e ilimitados poderes para abrir créditos especiais, suplementares, e efetuar operações financeiras as mais diversas.

A edilidade, cônica de sua responsabilidade, obstaculizou tal pretensão, promovendo emendas supridoras dos poderes excepcionais referidos, em defesa da autonomia e prerrogativas outras do Poder Legislativo. Aliás, a Câmara Municipal fez valer direito líquido e certo, cosubstanciado na Constituição da República.

Remetido o projeto de lei para a respectiva sanção do Executivo, eis que, por incrível que possa parecer, num flagrante atropelo às rudimentares técnicas do Direito Administrativo, o Prefeito veta as emendas e, antes de se concluir o processo legislativo aplicável ao caso, num frênesi de executivo e legislador, publica o projeto original. Em verdade, o Prefeito Municipal editou em "decreto-lei", passando por cima não só do Poder Legislativo, dos primários princípios democráticos, mas também do bom senso, próprio do cidadão mediano.

Com tal façanha, dotou o Município de Toledo de um Orçamento eivado de vícios, no que tange à sua aprovação, manchando o corpo jurídico da peça orçamentária e tornando-o nesse aspecto, ineficaz.

Ante tal violência, a Câmara Municipal impetrou mandado de segurança, e ao mesmo tempo, formulou ao Tribunal de Contas do Estado uma denúncia-consulta a respeito do assunto.

A medida judicial obteve concessão de liminar e, em primeira instância, terminou com ganho de causa a Câmara, cuja sentença considerou ilegal o ato da autoridade coatora. Idêntica conclusão teve o Tribunal de Contas, que aduziu sublimar conceito, ao dizer que a prevalecer atos desta espécie, "NÃO HAVERIA SEQUER NECESSIDADE DA EXISTÊNCIA DO LEGISLATIVO".

Acresce-se mais, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que o próprio Instituto Brasileiro de Administração Municipal - IBAM, instado a se manifestar, concluiu, em síntese, de que a Câmara agira dentro da lei, desautorizando empréstimo por antecipação da Receita e abertura de créditos suplementares, bem como, não dando nenhuma validade legal às disposições incluídas pelo mandatário municipal, sem aprovação do Legislativo.

No entanto, Sr. Presidente, Srs. Deputados, a desvairada administração, nos primeiros dias de janeiro do corrente ano, quando já se encontrava "sub judice" a questão, portanto em questionamento a legalidade e validade do pseudo-orçamento,

celebrou volumoso empréstimo de 15 milhões de cruzeiros junto a uma financeira privada, a juros elevadíssimos, arcando, com isso, com todas as responsabilidades de seu impensado ato.

Por certo, tal comportamento do mandatário toledano, define seu desejo, tendo em vista a excepcionalidade existente no País, de também baixar atos institucionais de contornos domésticos.

Mas, existem outros fatos que concorrem decididamente para que a imagem do alcaide Duílio Gerari se deteriore a cada dia que passa.

Desde sua assunção ao cargo, pautou pela perseguição política, pontificada sobre muitos e, especialmente, atingindo professores primários que não rezavam sob sua cartilha. E até conceituados mestres, como por exemplo, Edílio Ferreira, consagrado regionalmente, foram atingidos pelo "neopotismo genariano".

Também comerciantes sofreram a ira incontida que, sem muitas razões, cassou alvará de funcionamento, boicotou atividades e procedeu outras práticas questionáveis.

Na recente campanha política, funcionários foram admoestados para que se alinhassem à sua pregação política, sob diferentes pressões. Carros e combustíveis públicos igualmente serviram para instrumentar a pretensão eleitoral do prefeito e seus candidatos. A própria Prefeitura se transformou em comitê de sub-legenda partidária e alguns departamentos em balcões de ofertas político-partidárias.

Até em entidades, clubes sociais e esportivos, a intromissão é sentida, para que seu agrupamento tenha representatividade a qualquer custo.

Consagradas e tradicionais promoções clubísticas e citadinas, se transformaram em festivais de promoção pessoal com custos publicitários arrojados.

Obras públicas, cujos investimentos possuem resultados sociais, extremamente duvidosos, foram construídas.

A inversão de valores se faz sentir a cada ato, a cada instante. Nos aspectos culturais e educacionais, proporcionalmente, Toledo regrediu. Enquanto se multiplicam as festas e mordomias, a professora primária recebe com meses e meses de atraso o seu desconfortante salário.

Apesar da reconhecida riqueza global do município, já uma despreocupação agravante quanto ao esvaziamento humano e de capital dos municípios.

Planos governamentais, prioridades de ação pública, diretrizes de desenvolvimento social, desaparecem no horizonte administrativo.

Secretarias "fantasmas" foram criadas e dotadas de verba pelo Orçamento ilegal. Mas essas verbas são desviadas para outros setores, pois, efetivamente, a Secretária Municipal do Interior, o Conselho Municipal de Agricultura e Pecuária, e a Secretaria Municipal de Bem Estar Social jamais funcionaram, sem inclusive, estruturação de pessoal. O não funcionamento da Secretaria de Bem Estar Social, Sr. Presidente, Srs. Deputados, está a provocar gravíssimas consequências sociais.

Por extensão, vê-se que parcela do seu assessoramento por via de consequência, deixa muito a desejar.

E as coisas atingem as raias da perplexidade. Abrindo jornal de grande circulação regional, editado na última semana, deparemos com comentário que nos deixa altamente preocupados. O periódico "HOJE-Cascavel", de 02 de junho, página 09, faz inserção da matéria sob título: "UM CIONI EM TOLEDO?" que permite observar a continuidade de tais desatinos.

E notícia que: "A cidade de Toledo pode se 'orgulhar' de ter um prefeito da estirpe do demissionário de Umuarama, João Cioni Neto". O Prefeito de Toledo - continua o periódico, "já produziu material para muitas páginas antológicas sobre concorrências públicas".

Citando a do Ginásio de Esportes, a do "Britador, que foi comprado na base de um novo tipo de concorrência: concorrên-

cia bionica", conforme o semanário, a das torres de iluminação do Estádio Municipal, e mais recentemente a concorrência de melhorias internas no Paço Municipal. Essa, chegou a ser denunciada por uma das firmas que pretendia participar e que foi ludibriada, inclusive quanto ao dia de sua efetivação. E arre-mata o jornal que "a firma prejudicada está preparando sua documentação para entrar com processo contra a Prefeitura".

A desilusão de muitos com a administração de Duílio Genari, somou-se ao pessimismo de quase todos, em razão da insensibilidade com que são conduzidos os atos da vida pública toledana.

Os desmandos da administração foram, inclusive, denunciados alguns e seriamente insinuados outros, em edições passadas do jornal "O Paraná", de Cascavel, e que circula diariamente em toda a região Oeste.

Em verdade, Sr. Presidente, Srs. Deputados, Toledo que é conceituado como centro de trabalho e cultura do Extremo-Oeste, potencial agrícola da expressão nacional, não merece a projeção negativa a que vem sendo exposto, por obra e graça da atual administração municipal.

A comunidade toledana, tradicionalmente disposta, solidária e participativa, passa por um período nada edificante. Os problemas sociais, alguns angustiantes, permanecem e se avolumam sem a menor preocupação. A visão fisiocrata, desses eventuais mandatários, se sobrepõe aos superiores interesses humanos que a sociedade está a exigir.

Enquanto se desenha esse quadro de precariedades e desencontros, nos resta a expectativa esperançosa de que a Justiça se faça valer nos setores em que foi ou será convocada, e que o alcaide e seus asseclas procedam com humildade o reconhecimento de seus graves erros, para que Toledo e o Oeste possam, ainda que tardiamente, visualizar uma comunidade integrada entre governantes e governados, pois somente assim, constituiremos o bem maior, isto é, o BEM COMUM".

O Sr. Gemote Kirinus - Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento)

Nobre Deputado Nelson Friedrich, ao acompanhar seu brilhante discurso, chego até ficar entristecido e com vergonha, porque o caso que Vossa Excelência está apresentando com referência à administração municipal de Toledo, se reflete em muitas e muitas administrações do nosso querido Oeste do Paraná: Mal. Cândido Rondon, parece ser a cópia fiel dos desmandos, das perseguições, cassações de alvarás injustos, por simples perseguições políticas. Ainda have-rei de tratar, desta tribuna, e retratar, os fatos que acontecem em Mal. Cândido Rondon, teremos que ver isso mais de perto em uma outra reunião.

Só gostaria de, neste aparte, lembrar aqui a necessidade que tem o Governo de, realmente, prorrogar o mandato daquela gente de lá. Porque, ao contrário, não se reelegeriam. Não é a simples desculpa de quererem a coincidência de mandatos. É o medo, o medo do povo que está a despertar em todo o Oeste do Paraná, como em todo o Brasil; o medo de enfrentar eleições em 80, porque os desmandos são tantos, são tantas arbitrariedades nobre Deputado, que acontece não só em Toledo mas em todo o Paraná, que de fato devem ter medo de enfrentar eleições em 1980, para prefeitos e vereadores. Seria esse o meu adendo.

O SR. NELTON FRIEDRICH - Muito obrigado, ilustre Deputado, como homem da região, como Vossa Excelência, realmente nos preocupa essa proliferação desse tipo de excepcionalidade que vem de cima, porque criou-se moda nestes últimos 15 anos, de que o simples Poder Executivo, tudo pode, está acima de qualquer suspeita, a ninguém deve explicações, e o que é pior, desgrazadamente, os investimentos passam a ter um questionamento social irreversível, porque ainda há poucos dias nós ouvíamos na CPI do Menor, numa conversa posterior com o ilustre paranaense Newton Grein, que a Prefeitura Municipal de Toledo, não aceitará o convênio que se

propusera, para que lá se instalasse um Instituto do Bem-Estar do Menor.

Enquanto isso haja futebol, enquanto isso hajam gastos supérfluos e enquanto isso as obras suntuosas para tentar enganar a opinião pública surge a todo o instante, mas não a obra social de resultado humano que nós queremos que se instale definitivamente neste País, que prioridade é homem, mas que prioridade é homem inclusive na conversa desses políticos e desses executivos, mas na prática eles negam, porque esmagam o próprio homem.

O Sr. Jurandir Messias – Nobre Deputado, solicito um aparte? **(Assentimento).**

Deputado Nilton, evidentemente que peço o aparte a Vossa Excelência apenas para dar a minha opinião pessoal sobre o posicionamento de Vossa Excelência, e quero que fique bem claro, Deputado, porque não conheço profundamente a região, não conheço os problemas que Vossa Excelência trouxe ao conhecimento deste Plenário. Mas, quando Vossa Excelência sempre que sobe à tribuna desta Casa, eu não sei, Vossa Excelência é quem vai me dizer, se tem ou não trama ou é traumatizado pela palavra "arbitrio". É uma palavra muito usada e sempre é o início dos vossos pronunciamentos, essa palavra "arbitrio".

E Vossa Excelência entende de uma maneira, nós já entendemos de outra, e talvez outros entendam também, de outras maneiras, o arbitrio, que diz Vossa Excelência, que é cometido e que foi principalmente durante o tempo da vigência da Revolução, do poder revolucionário nesta Nação.

Deputado, depois Vossa Excelência vai me dizer e faço questão de saber democraticamente estou lhe fazendo uma pergunta – Vossa tem também, por costume, por hábito, falar do desmando administrativo. Deputado Nilton, eu, honestamente, criteriosamente acho Vossa Excelência uma Parlamentar de primeira grandeza, um Parlamentar que só tem a enaltecer esta Casa, que só tem a nos trazer mais conhecimento.

Poderíamos dizer até, que já fazemos questão de ser vosso aluno em matéria de tribuna. Mas Deputado Nilton Friedrich, não sei e não posso permitir, e Vossa Excelência há de convir comigo, democraticamente, que os desmandos existem em qualquer situação comercial, administrativa, do lar, ela existe, com exceção, evidentemente, mas não de um modo generalizado como Vossa Excelência pretende trazer a julgamento dos nobres Deputados.

Fica aqui apenas este meu reparo quanto aos desmandos e nós até em parte concordamos quando Vossa Excelência fala, por exemplo, em Apucarana. Vossa tem o aplauso deste Deputado, e tenho certeza, dos demais Deputados, mas os desmandos começam em alguns municípios, não em todos, alguns deles; existem realmente os desmandos, existe até a corrupção, Vossa Excelência tem conhecimento que existe esta corrupção de muitos prefeitos e muitas administrações municipais, mas existem muitas também, Sr. Deputado, que dentro de suas limitações, dentro de suas possibilidades financeiras, é evidente, fazem uma excelente administração; às vezes um pequeno município que não tem arrecadação, que a sua participação do ICM é a mínima, como poderia citar, por exemplo, municípios que arrecadam, em um ano, menos de trezentos mil cruzeiros, Deputado Nilton, do fundo de participação e do ICM. E este prefeito, com a maior dificuldade, quase que ele fazendo ofícios, ele fazendo contabilidade, ele quase que patrulhando as estradas, vem fazendo uma boa administração. Temos municípios, como São João do Triunfo.

Diria a Vossa Excelência, não de um modo geralizado, governos estaduais, temos excelentes governos que eles realmente não foram eleitos pela eleição direta, pelo voto popular, mas que fizeram uma administração eficiente, honrada, dinâmica, sob todos os aspectos.

Tem também outros, que concordo com Vossa Excelência, que não fizeram ou deixaram de fazer uma administração condizente com a necessidade de meu Estado e de sua gente. O Governo Federal, Deputado Nilton, vamos começar de Castelo Branco, vamos terminar em Geisel, o que tínhamos neste Brasil e o que fizeram depois, o que realizaram estes Governos Federais? Construíram um Brasil novo, deram um aspecto político internacional ao nosso País. Hoje, o Brasil que foi tão bem representado, Vossa Excelência lembra tão bem quando da visita de Geisel à Alemanha, quando da visita de Geisel a outros países, a imagem que ele deixou, que ele levou de nossa gente, de nosso povo, brasileiro.

Deputado Nilton, eu só queria que Vossa Excelência fizesse esta separação e eu concordo, fica aqui a minha concordância que existem os desmandos, realmente existem, mas que se separem o "joio do trigo", que "dê a César o que é de César", de aqueles que são bons, que se diga aqui que são bons, mas não que se traga só coisas ruins, coisas pessimistas, ao conhecimento da nossa gente paranaense e aos brasileiros que vivem no Paraná.

Vossa Excelência, que representa uma região tão pujante, como é a do Sudoeste do Estado do Paraná, que defende com brilhantismo, com tanto amor aquela gente de Toledo e região. Mas eu me parabeno com Vossa Excelência de qualquer maneira, porque trouxe algum conhecimento e algum esclarecimento, que nós desejamos e precisamos saber. Só eu pediria a Vossa Excelência, com todo o respeito que me merece, esta separação das coisas boas e das coisas ruins das administrações municipais, estaduais e federais.

O SR. NILTON FRIEDRICH – Agradeço o aparte do ilustre

Deputado, apenas gostaria de aduzir que temos por norma e critério separar, realmente, com boa fé, o "joio do trigo". E se falamos, aqui, muito em arbitrio é que até hoje sofremos a escolarização ao arbitrio instalado neste País.

E não é trauma, não, ilustre Deputado. Enquanto existir uma manifestação de arbitrio neste País, e enquanto tivermos possibilidade de abrir o peito, haveremos de denunciar e levantar nossas vozes, contra toda e qualquer arbitrariedade, a nível federal, estadual e municipal; a nível individual ou coletivo. Porque, não compartilhamos de nenhuma espécie de violência humana de direito, de justiça.

E por essa razão, haveremos de repetir, e talvez cansando, ilustre Deputado, que haverá de entender, a arbitrariedade que se instalou e proliferou no País, nestes quinze anos. E que os mestres estão aí para continuar a nos ensinar que aquilo que é o certo. Mas, eu me permito ser um aluno rebelde de Vossa Excelência e não apoiar esse arbitrio que Vossa Excelência compartilhou, assistiu, se omitiu, e ficou na tribuna sonora da omissão, durante esses quinze anos.

Os desmandos que falo são especificamente aqueles que temos conhecimento. Não generalizamos porque, as "umarámas" que Vossa Excelência fala, estão aí proliferadas, só que muitas escondidas. E o que é pior, Vossa Excelência faz referência ao problema da Revolução de 64. Digo a Vossa Excelência que realmente, se fez uma revolução neste País, fez-se inclusive com base na marcha "Com Deus para a família e liberdade". Mas, o povo brasileiro ficou com Deus e a família e perdeu a liberdade.

O Sr. Jurandir Messias – Vossa Excelência permite um aparte? **(Assentimento).**

Vossa Excelência fala que perdemos a liberdade. Neste exato momento, vejo Vossa Excelência trazido aqui pelo voto popular, com tanta liberdade de palavra. Vossa Excelência quando, na tribuna, tem usado de toda liberdade. E as notas taquigráficas estão aí, Vossa Excelência é o Deputado que mais tem se favorecido livre da palavra, do arbitrio que Vossa Excelência tanto se refere.

Então, se fosse realmente um Partido do arbitrio, ou da

não permissão da palavra livre, Vossa Excelência não estaria nesta tribuna, hoje, se manifestando tão à vontade, tão amplamente, para nossa comunidade.

Isso é bonito, nobre Deputado. Aí está o problema que Vossa Excelência não enfoca como deve focar.

Não concordo, já disse, com a manifestação de Vossa Excelência sobre arbítrio. Concordo, isto sim, que houve desmando e que isso nunca vai terminar, que os desmandos vão continuar acontecendo.

O SR. NELTON FRIEDRICH -- Mas, nobre Deputado, temos a obrigação moral e cívica de denunciar e diminuir esses desmandos.

Ilustre Deputado, Vossa Excelência pode não concordar, mas os conceitos que nos distanciam são muito grandes. O conceito de Vossa Excelência de liberdade e democracia que está astronomicamente distante dos meus. Até porque Vossa Excelência começa confundindo liberalidade com liberdade. Começa a confundir fissuras de abertura com democracia plena.

Por essa razão, seria difícil chegarmos a um conceito.

O Sr. Fiori Luiz — Vossa Excelência permite um aparte?

(Assentimento).

Nobre Deputado Nelson Friedrich, acompanhamos o aparte do nobre e ilustre Deputado Jurandir Messias e ele analisava o aspecto que nos do MDB, trazemos sempre a este plenário, acontecimentos envolvendo prefeitos, em casos de corrupção. É evidente que nem todas as prefeituras vivem esse processo, porque a verdade é que a notícia tem que ser divulgada. Se por exemplo, o cachorro mordeu o homem, evidentemente, não é a notícia. Mas, se o cachorro mordeu o homem, o inverso se torna notícia.

É evidente que não enaltecemos aqueles prefeitos mais sérios e decentes, temos que levantar os problemas de corrupção que infestam muitas prefeituras. O aspecto da Revolução, que se fala muito, se falou aqui, que foi feita uma revolução.

Eu entendo que não. Revolução é para reformar instituições. Houve um golpe no País e após esse golpe se sucederam os delegados, cinco delegados. O atual Delegado é João Batista de Figueiredo.

O nobre Deputado Jurandir Messias falou do Brasil novo implantado de Castello Branco para cá. Eu dou razão ao nobre Deputado Jurandir Messias. Tivemos realmente, de Castello Branco para cá, um Brasil novo, novo na fome, novo no cerceamento das liberdades de expressões. Brasil novo na corrupção, na inflação, novo nas torturas, nas injustiças, na dívida externa, na abertura aos grupos estrangeiros. Novo realmente em todos esses aspectos inclusive, no estrangulamento da liberdade e novo numa democracia entre aspas.

Esse é o Brasil. Esse golpe foi feito para acabar com a subversão e a corrupção neste País, mas a corrupção eu já tenho dito, ela cresceu de maneira espantosa, desde o golpe de 1964 com a complacência, passividade, contemplativismo dos delegados impostos pelo golpe de 1964.

A corrupção campeia em milhares de prefeituras neste País e se fala em prorrogar mandatos. Teria que se expedir mandatos de prisão e não prorrogação de mandatos.

O SR. NELTON FRIEDRICH — Agradeço a interveniência do nobre Deputado, que falou, parece-me, por todos nós. Concedo o aparte ao nobre Deputado Gernote Kirinus.

O Sr. Gernote Kirinus — Peço perdão, nobre Deputado em intervir outra vez. É que, com os apartes que se sucederam lembrei-me e gostaria de trazer à memória de todos os Deputados aqui, de uma frase do primeiro revolucionário. De Castello Branco, que dizia, que é legítimo o poder, oriundo de uma Revolução vitoriosa, desde que num prazo em que não implique em usurpação, garanta a sua continuação, pela legitimidade do voto.

Parece-me que o adiamento do voto direto na opinião

do ex-Presidente Castello Branco, é que está implicando realmente, numa usurpação de poder, na opinião do primeiro mandatário da Revolução de 1964.

Seria apenas para lembrar isso.

O SR. NELTON FRIEDRICH — E isso significa, ilustre Deputado, que a verdade nesse País, procura ser acobertada, e que os democratas sonolentos estão arrependidos do espreguiçamento que só agora começa a surgir, depois desse período em que ficaram omissos no processo de que se definisse democraticamente, porque ao longo da história, um País conquista democracia e liberdade, mas muitos países perderam a democracia e liberdade, pela omissão de seus homens públicos. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — Dentro do horário reservado ao Movimento Democrático Brasileiro, concedo a palavra ao Sr. Deputado Nilso Sguarezi, inscrito. O SR. NILSO SGUAREZI — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

É profundamente lamentável, que tenhamos que vir a público, para tratar de assunto como este. Se o fazemos, não é na condição de Líder do MDB, mas na condição de representante de Pato Branco, e porque o mesmo envolve órgãos públicos de administração estadual e federal, e possível crime de estelionato.

(Lê): "Sucede que em julho de 1978, AJOBY — Propaganda e Promoções Ltda., com sede nesta Capital, promoveu o primeiro campeonato de truco do Paraná, para cujo desenvolvimento contou com a colaboração da então Secretaria da Educação e Cultura do Estado, e com a participação do MOBREAL - Movimento Brasileiro de Alfabetização.

A mencionada firma já na explanação contida em um livreto que se encontra anexo, para divulgar o certame, após algumas referências sobre o jogo de truco, dizia ser o mesmo, um meio de confraternização. Daí porque obtivemos a colaboração essencial para o seu sucesso, de duas entidades que se preocupam com o povo, MOBREAL e Secretaria de Estado da Educação e Cultura. E, mais adiante, o truqueiro é uma grande figura, destaca-se, na comunidade, como um homem alegre, e amigo. São virtudes que merecem um prêmio. Um prêmio como o que daremos à dupla campeã do Paraná, um automóvel Volkswagen, zero km. E, para colaborar com o MOBREAL, como esta entidade colaborará conosco, daremos um prêmio idêntico à sua comissão, no município de onde se originar a dupla campeã.

Na seqüência, no item "C", do Regulamento, que trata das "Inscrições" estabelece: os clubes, associações, indústrias, escolas, sindicatos, entidades afins, deverão fazer suas inscrições nas comissões municipais do MOBREAL, nas cidades do interior. Na Capital, as inscrições serão feitas nas próprias entidades da AJOBY - Propaganda e Promoções Ltda., Rua Castro Alves, 954, no Batel. E no item "D", que trata da "Premiação", declara, — a empresa promotora do evento obriga-se a entregar à dupla campeã estadual, um automóvel Sedan Volkswagen, Zero km, cabendo prêmio idêntico à Comissão Municipal do MOBREAL, de onde for originária a dupla vencedora.

No entanto, o referido campeonato terminou em onze de dezembro de 1978, com a proclamação dos vencedores, Srs. Laídes Alves Pereira e Feliciano Tonial, inscritos pelo MOBREAL de Pato Branco, sendo que a AJOBY, designou a data de 29 de janeiro do corrente, para entrega dos prêmios, o que não ocorreu, tendo sido marcada nova data, dez de março, na qual também não se efetivou a entrega dos veículos.

Por insistência dos vencedores, nova data foi marcada, 27 de abril, quando novamente os Srs. Laídes Alves Pereira e Feliciano Tonial, voltaram à Capital para receberem o prêmio que fizeram jus.

Todavia, desta vez, nem ao menos foram atendidos pelos responsáveis da firma promotora e, indignados com o tratamen-

to que receberam do MOBRAL, que procura cobrir a situação com panos quentes, nos procuraram, oferecendo esta denúncia, que visa estabelecer as responsabilidades pelo verdadeiro "golpe do truco" que foi passado nos milhares de paranaenses que se inscreveram, pagando a taxa de inscrição no valor de Cr\$ 100,00 por dupla.

Aliás, esta medida se torna altamente necessária, repita-se, para o resguardo dos nomes das entidades e personalidades envolvidas. Porquanto nos informaram os vencedores, que se está denúncia não frutificar com a entrega dos veículos, um para a dupla campeã e outro para a Comissão do MOBRAL de Pato Branco, os mesmos ingressarão na Justiça para fazerem valer seus direitos.

A propósito, vale dizer, que estaria configurada a tipificação criminal de estionato, ou seja, "obter para si ou para outrem, vantagem ilícita, em prejuízo alheio, induzindo ou mantendo alguém em erro, mediante artifício, ardil, ou qualquer outro meio fraudulento". (Art. 171 - Código Penal Brasileiro), além do que, a possível ilegalidade da premiação, pois a Lei 5.768, de 20 de dezembro de 1971, regulamentada pelo Decreto 70.951, de 9 de agosto de 1972, não autoriza entidades particulares, tal como a AJOBY - Propaganda e Promoções Ltda., a realizar este tipo de promoções."

Por isto, Sr. Presidente, estou encaminhando um pedido de informações que visa estabelecer, na realidade, e especificamente, qual a participação da Secretaria da Educação e a participação do MOBRAL nesta história toda. Este requerimento está vasado nos seguintes termos: (Lê):

"Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, requer expressa manifestação do Plenário, no sentido de aprovar Pedido de Informações à Secretaria da Educação, nos seguintes termos:

1 - Qual foi a participação da Secretaria da Educação, na realização do 1.º Campeonato de Truco do Paraná, promovido a partir de julho de 1978?

2 - Remeter à Assembléia Legislativa, o convênio de execução firmado com o MOBRAL - Movimento Brasileiro de Alfabetização, para realização do citado certame.

3 - Baseado em que disposição legal, o então Secretário da Educação autorizou publicação de fotografia e mensagem pessoal, no folheto que divulgou o Regulamento do referido campeonato?

4 - Em nome de qual entidade (SEEC, MOBRAL ou AJOBY - Propaganda e Promoções Ltda.) foi autorizada, nos termos da Lei n.º 5.768, de 20 de dezembro de 1971, a licença para distribuição de prêmios, pelo Ministério da Fazenda?

Que, da decisão, comunique-se as lideranças do MDB e da ARENA na Câmara dos Deputados, para que tomem a iniciativa de solicitarem iguais informações junto ao MOBRAL - por se tratar de órgão federal - bem como comunique-se ao Excelentíssimo Sr. Dr. Francisco Borsari Neto, atual Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado, para as medidas que entender necessárias, assim como também se dê ciência ao Departamento Regional da Polícia Federal e à Delegacia Regional do Ministério da Fazenda.

Sala das Sessões, em 12 de junho de 1979."

Por isso, Sr. Presidente, Srs. Deputados, este é o objetivo, porque não se pode conceber e admitir que órgãos públicos iludam o homem do Parana com cartazes.

Este era o cartaz que, na época, era distribuído em todos os bares do interior, além da intensa propaganda pela televisão, pelo rádio, pelos jornais.

E podemos, seguramente, afirmar que milhares de paranaenses pagaram os cem cruzeiros para se inscrever nesse "Campeonato de Truco". A dupla campeã foi de Pato Branco. Hoje, Sr. Presidente, Srs. Deputados, em Pato Branco, diante do não recebimento do prêmio, há uma piada muito célebre no Sudoes-

te. Sabe-se que a carta principal no jogo do truco é o gato, lá o pessoal não chama mais aquela carta de gato. Quando um cidadão tem o gato na mão, diz que tem o "MOBRAL na mão", numa evidente prova de desmoralização que esse campeonato levou a essas instituições.

Por isso, o objetivo do requerimento é verificar se a responsabilidade da entrega dos prêmios pertence ao MOBRAL, à Secretaria da Educação ou a essa firma que embolsou o dinheiro, que me parece, é a grande responsável.

Muito obrigado. - (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). - A Mesa consulta à Liderança da ARENA se deseja fazer uso do horário que lhe é reservado. - (Declina).

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 58 Srs. Deputados.

A Mesa comunica aos Srs. Deputados, atendendo solicitação do Sr. Presidente da CPI do Menor Abandonado, que amanhã, dia 13, haverá reunião às 8,30 horas na Sala das Comissões, ocasião em que estará presente o Sr. Newton Grein, Diretor do I.A.M.

O SR. GABRIEL MANOEL - (Pela ordem) Sr. Presidente, solicitaria a chamada dos Srs. Deputados, para verificação de "quorum".

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). - A Mesa defere e solicita ao Sr. Primeiro Secretário que proceda a chamada dos Srs. Deputados.

O SR. ERONDY SILVÉRIO - (Pela ordem) Sr. Presidente, alguns dos Srs. Deputados estão na reunião da CPI do Cooperativismo, gostaria que Vossa Excelência desse comparecimento a eles.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). - A Mesa comunica ao nobre Deputado, que já foi dada ciência aos nobres Deputados que estão se dirigindo a este plenário.

O Sr. Primeiro Secretário procederá a chamada dos Srs. Deputados.

(É feita a chamada)

O SR. 1.º SECRETÁRIO - Aham-se presentes, 43 Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). - Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do Sr. Deputado David Federmann, constante do expediente. Necessita de apoio. - **Apoiado.** - Ao Departamento Legislativo.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Fabiano Braga Côrtes, constante do expediente. Necessita de apoio. - **Apoiado.** - Ao Departamento Legislativo.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Del Ciel, constante do expediente. Necessita de apoio. - **Apoiado.** - Ao Departamento Legislativo.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

EM VOTAÇÃO - 1.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n.º 99/77, de autoria do ex-Deputado ACCIOLY NETO, que autoriza o Poder Executivo criar sob a forma de Fundação, a Universidade Estadual do Litoral, com sede na cidade de Paranaguá, e dá outras providências. Pareceres CONTRÁRIOS da C.C.J., C.F. e FAVORÁVEL da C.I.P., por unanimidade. - **Aprovado.** O SR. NILSO SGUAREZI - (Pela ordem). Requeiro verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). - A Mesa defere. Será procedida a verificação de votação.

30 Srs. Deputados aprovam; 1 Sr. Deputado rejeita. - **Aprovado.**

EM VOTAÇÃO - 1.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n.º 09/79, de autoria do Deputado TRAJANO BASTOS, que torna

obrigatório nas Escolas Públicas e Particulares de Ensino de Primeiro Grau, o estudo da disciplina "ECOLOGIA E MEIO AMBIENTE". Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J., C.I.P., por unanimidade. — **Aprovado.**

EM VOTAÇÃO — 1.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 02/77, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, oriundo da Mensagem Governamental n.º 124/76, que aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado, através da Secretaria de Segurança Pública, e o Município de Mandaguari, objetivando a execução do artigo 37, do regulamento do Código Nacional de Trânsito. Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F. por unanimidade. — **Aprovado.**

EM VOTAÇÃO — 1.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 54/79, de autoria da Comissão de Tomada de Contas, que aprova prestação de contas da Caixa Beneficente dos Funcionários da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná (CABENFALE), referente verba de Assistência Social, período março a dezembro de 1976. Parecer FAVORÁVEL da C.T.C., por unanimidade. — EM REGIME DE URGÊNCIA. — **Aprovado.**

EM VOTAÇÃO — 1.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 55/79, de autoria da Comissão de Tomada de Contas, que aprova contas referente a recursos repassados pela Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, para a Caixa Beneficente dos Funcionários da Assembléia Legislativa (CABENFALE), referente Verba de Assistência Social — exercício de 1978. Parecer FAVORÁVEL da C.T.C. por unanimidade. — Em REGIME DE URGÊNCIA. — **Aprovado.**

EM VOTAÇÃO — 1.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 56/79, de autoria da Comissão de Tomada de Contas, que aprova prestação de contas do Departamento de Finanças deste Poder Legislativo, referente ao exercício de 1978. Parecer FAVORÁVEL da C.T.C. por unanimidade. — EM REGIME DE URGÊNCIA. — **Aprovado.**

EM VOTAÇÃO — 1.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 54/79, de autoria do Deputado EGON PUDELL, que cria o Município de Vera Cruz do Oeste, sediado na localidade do mesmo nome, desmembrado do Município de Céu Azul, com sede e divisas que especifica. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — EM REGIME DE URGÊNCIA. — **Aprovado.**

EM VOTAÇÃO — 1.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 58/79, de autoria do Deputado GILBERTO CARVALHO, que cria o Município de Lunardelli, com território desmembrado do Município de São João do Ivaí, com sede e divisas que especifica. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — EM REGIME DE URGÊNCIA. — **Aprovado.**

3.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 42/79, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, oriundo da Mensagem Governamental n.º 38/79, que aprova Convênio de auxílio e cooperação, celebrado entre o Governo do Estado e diversos municípios paranaenses, com a interveniência de órgãos que especifica, objetivando execução de obras e serviços de emergência, destinados a minorar efeitos da estiagem que assolou o Estado, mediante absorção de mão-de-obra ociosa. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado.**

3.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 43/79, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, oriundo da Mensagem Governamental n.º 20/79, que aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado e o Município

de Icaraíma, objetivando execução de obras de combate à erosão urbana na sede do referido município. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado.**

3.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 44/79, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, oriundo da Mensagem Governamental n.º 41/79, que aprova convênio de auxílio e cooperação n.º 157/78, celebrado entre o Governo do Estado e o Município de Diamante do Norte, com interveniência de órgãos e objetivos que especifica. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado.**

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Carlos Zanlorenzi, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Serafim Padilha, ocorrido no Município de Contenda. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gabriel Manoel, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento da Senhora Ernestina de Mello, ocorrido na cidade de Ibaiti. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado José Tavares, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. João de Marchi, ocorrido na cidade de Bela Vista do Paraíso. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nilso Sguarezi, constante do expediente, solicitando retorno do Projeto de Lei n.º 57/79, para reapreciação. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Waldyr Pugliesi, constante do expediente de sessão anterior, com sua discussão encerrada, solicitando seja encaminhado expediente ao Sr. Superintendente do INAMPS, encarecendo a instalação de um Posto de Assistência Médica no Município de Arapongas. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Darcy Deitos, constante do expediente de sessão anterior, com sua discussão encerrada, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário dos Transportes, encarecendo a conclusão do acesso BR-369-Mamborê. — Em votação.

O SR. JURANDIR MESSIAS — Para encaminhar, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — Para encaminhar concedo a palavra ao Sr. Deputado Jurandir Messias.

O SR. JURANDIR MESSIAS — Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Inicialmente queremos dizer que aceitamos e concordamos com a liderança do eminente Deputado Darcy Deitos, do Município de Mamborê, que temos também a satisfação e a honra, porque não dizer, de representar nesta Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

Aceitamos, Senhor Presidente, dentro de um critério justo, humano, de uma ética, para que não se desvirtuem as coisas daquele município.

O requerimento do eminente Deputado Darcy Deitos me parece, de princípio, totalmente revestido de cunho político, e nós diríamos, Senhor Presidente, porque assim o entendemos. Já que o Deputado Darcy Deitos, também é Deputado da região e conhece os problemas tão bem quanto este Deputado, tão bem quanto os prefeitos daquela região, me causa espécie e estranheza, que o Deputado Darcy Deitos traga ao conhecimento, à apreciação da Assembléia, um requerimento que me parece ser mais de cunho político do que administrativo, porque é do seu conhecimento que aquele acesso que liga a BR-369 à cidade de Mamborê, já está com o seu serviço de terraplenagem totalmente pronto, faltando tão somente o asfalto e hoje eu tive a felicidade de, em audiência com Sua Excelência o Senhor Governador do Estado, de me informar

com Vossa Excelência, como andaria o serviço de asfalto daquele acesso e fui de pronto informado pelo Governador Ney Braga, que o acesso de Mamborê e a sua volta de Brasília, que se dará, talvez no fim desta semana, ou no começo da outra, que irá tão somente para carrear recursos para dar continuidade a estas obras que tivemos no Governo Canet a infelicidade da sua paralisação, em virtude do término de seu mandato e também em virtude da firma que construía aquele acesso, ter ido à falência.

Parece-me, Senhor Presidente, de antemão; que é mais o requerimento do eminente Deputado Darcy Deitos, político do que administrativo ou que venha reparar alguma falha administrativa do Estado do Paraná, mesmo porque, Senhor Presidente, não há muito tempo ainda, esta Assembléia Legislativa recebeu uma mensagem enviada pelo Poder Executivo, que pedia autorização para pleitear junto ao BID a importância de 230 milhões de dólares, e das quais, 80 milhões de dólares, eram destinados exclusivamente, para as estradas alimentadoras, para que se asfaltasse as estradas alimentadoras e nos causou surpresa, naquela oportunidade, Senhor Presidente, quando vimos o M.D.B. na sua totalidade, contrário àquelas pretensões de Sua Excelência o Senhor Governador Ney Braga, manifestando-se inclusive, até altas horas da noite, para que não fosse aprovado aquele pedido, aquela pretensão do empréstimo junto ao BID.

Hoje, Senhor Presidente, aquele mesmo Deputado, aqueles mesmos Deputados que votaram contra, que não queriam permitir a Sua Excelência, o Governador Ney Braga, para que concluísse estas obras, que estão paralisadas por falta de recursos, vêm hoje, através de requerimentos desta espécie, como eu dizia a Vossa Excelência, mais político, ou mais politiquês do que qualquer outra coisa, pretender levar ao conhecimento dos munícipes de Mamborê, que ele está interessado, que ele é que está conseguindo o acesso asfáltico para esta cidade.

Mas, no entanto, há dias atrás, este mesmo Deputado se rebelava até exaustivamente na Assembléia, para que não se aprovasse, que não se desse condições para o Governador asfaltar as estradas e os acessos que estão aí pendentes. Então, Sr. Presidente, nestas condições, entendendo que o acesso já é um fato consumado, que hoje ainda tive de Sua Excelência, o Senhor Governador Ney Braga, o total amparo, o total respaldo, o total compromisso que aquele acesso até o fim do ano será asfaltado e que, disse mais, que não irá inaugurar, porque não vêem necessidade de se inaugurar obras; obras se fazem e se entregam ao povo, à nossa gente, que vai usar. Disse mais isto ainda, que nem inaugurar iria, aquele acesso, mas que concluiria.

Então, Sr. Presidente, nesta somatória de coisas é que proponho, à bancada da ARENA, à bancada do meu Partido, que não vejo nenhum motivo, nenhuma necessidade, uma vez que o asfalto já está quase pronto, sua terraplenagem cem por cento realizada. Proponho à minha bancada para que rejeite e com a posição ainda mais de meu Líder, Deputado Erondy Silvério, peço à bancada da ARENA que dêem o seu voto pela rejeição do requerimento. — **(Sem revisão do orador).**

O SR. PRESIDENTE (**Fabiano Braga Côrtes**) — Continua em votação o requerimento.

O SR. DARCY DEITOS — **(Para encaminhar).** — Sr. Presidente, Srs. Deputados, com todo o respeito que temos para com o eminente Deputado Jurandir Messias, com quem tenho a honra de representar Mamborê nesta Casa, queria dizer ao eminente Deputado que ele se inteirasse dos termos em que está formalizado o nosso requerimento.

O nosso requerimento pede para que seja concluído o asfaltamento do acesso da BR-369 com o Município de Mamborê, que já consta de um mapa distribuído pelo ex-Governador Jayme Canet Júnior, nos seus apolégicos quatro mil quilômetros de estradas concluídas. Deputado Jurandir Messias.

E o nosso requerimento não teve o intuito politiquês, como disse Vossa Excelência. Estou pedindo, tão somente, para que Sua Excelência o Secretário dos Transportes, o eminente Nivaldo de Almeida Neto, que se pronuncie e conclua aquele acesso com a cidade de Mamborê.

Não tivemos intuito que esse requerimento tivesse o cunho politiquês como diz Vossa Excelência, se é esse o intuito que Vossa Excelência dá para as obras, ou para os benefícios que Vossa Excelência carrega para aquele município, através do trabalho de bastidores, que Vossa Excelência diz que é esse o que vale.

Mas, eu na qualidade de representante do povo daquela terra, aqui nesta Casa, nada mais me cabe a não ser cobrar da tribuna, ou através de requerimentos, para que as obras aos municípios que represento, sejam cumpridas. Porque, o povo daquela terra merece uma satisfação do poder constituído para que aquela obra saia e não fiquem aí distribuindo mapas, pelo Estado, dizendo que aquele trecho está concluído, quando não está.

Então, não concordo com isso, nem quando Vossa Excelência diz que votávamos contrariamente ao empréstimo de 230 milhões de dólares para o atual Governador concluir aquela obra.

Essa verba, eminente Deputado, Jurandir Messias, é para novas rodovias, não é para concluir um simples acesso de três mil e poucos metros.

Creio que Vossa Excelência deve estar desinformado do que se passa neste Estado. Vossa Excelência quando levanta problemas como este, o faz com completo desconhecimento de causa. E o nosso requerimento não teve o intuito, nada mais, nada menos, do que cobrar o asfaltamento do acesso da BR-369 com o Município de Mamborê.

Portanto, eminente Deputado Jurandir Messias, Vossa Excelência sabe o que faz. O nosso requerimento está aí, o povo daquela terra merece uma satisfação e tomará conhecimento do veredito desta Casa.

Muito obrigado, Sr. Presidente. — **(Com revisão do orador)**
O SR. PRESIDENTE (**Fabiano Braga Côrtes**). — Em votação o requerimento. — Rejeitado.

O SR. DARCY DEITOS — **(Pela ordem).** Sr. Presidente, requerio verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (**Fabiano Braga Côrtes**). — A Mesa defere.

Os Srs. Deputados que aprovam, queiram levantar-se. — **(Pausa).** — Os Srs. Deputados que rejeitam, queiram levantar-se. — **(Pausa).**

19 Srs. Deputados aprovam; 22 rejeitam. — **Rejeitado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nestor Baptista, constante do expediente de sessão anterior, com sua discussão encerrada, solicitando seja oficiado ao Sr. Secretário da Educação, no sentido de estudar a possibilidade da construção de um Ginásio no Bairro do Atuba, Município de Colombo. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nelson Bufara, constante do expediente de sessão anterior, com sua discussão encerrada, solicitando seja encaminhado às autoridades federais apelo no sentido de que sejam admitidas, como fora do **Parque Marumby**, as áreas abaixo da quota de 200 metros de altitude. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado João Mansur, constante do expediente de sessão anterior, com sua discussão encerrada, solicitando o envio de expediente ao Sr. Prefeito Municipal de Curitiba, em forma de apelo no sentido de não alterar o traçado ideal da Avenida das Torres. — Em votação.
O SR. AIRTON CORDEIRO — Para encaminhar, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Fabiano Braga Côrtes**). — Para encaminhar, concedo a palavra ao Sr. Deputado Airton Cordeiro.

O SR. AIRTON CORDEIRO — Senhor Presidente, gostaria de manifestar-me favoravelmente a este requerimento do Deputado João Mansur por conhecer da gravidade a que se expõe diariamente todos os que vão a São José dos Pinhais e os que vêm de São José dos Pinhais.

Portanto, quero, neste instante, ao fazer o encaminhamento de votação, cumprimentar o Deputado João Mansur pela iniciativa e também em meu nome apelar ao Prefeito Jaime Lerner, para que dê uma solução a este problema, que é grave, sem dúvida nenhuma, e que já vem sendo apontado por inúmeras pessoas que usam a Avenida das Torres, no sentido Curitiba-São José dos Pinhais. — **(Sem revisão do orador).**

O SR. PRESIDENTE **(Fabiano Braga Côrtes)**. — Em votação.

O SR. NESTOR BAPTISTA — Para encaminhar.

O SR. PRESIDENTE **(Fabiano Braga Côrtes)**. — Para encaminhar, concedo a palavra ao Sr. Deputado Nestor Baptista.

O SR. NESTOR BAPTISTA — Senhor Presidente, devo dizer que também concordo plenamente com o requerimento proposto pelo Deputado João Mansur e me alegra também, o reconhecimento, por parte do nobre Deputado Airton Cordeiro, quando vê que, na realidade, uma obra feita apressadamente, antes da política, uma obra que já está em reparos, ainda está carecendo de reparos.

O ex-Prefeito de Curitiba, Sr. Saul Raiz, com objetivo politiquês, para plagiar o nobre Deputado Jurandir Messias, fez com que fosse inaugurado esse viaduto, onde só pode trafegar automóvel que vem de São José dos Pinhais. E o que vai daqui para lá, talvez porque não houvesse tempo, para que o mesmo fosse inaugurado antes de quinze de novembro de 1978, acabou sofrendo um desvio, desvio que é realmente muito perigoso. Quem passa por ali está colocando sua vida em risco e colocando outras vidas também. Devo cumprimentar ao Deputado Airton Cordeiro, como devo também cumprimentar João Mansur, em reconhecer esse tremendo e grave erro do ex-Prefeito de Curitiba, Saul Raiz. — **(Sem revisão do orador).**

O SR. PRESIDENTE **(Fabiano Braga Côrtes)**. — Em votação.

O SR. JOÃO MANSUR — Para encaminhar, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE **(Fabiano Braga Côrtes)**. — Para encaminhar, concedo a palavra ao Sr. João Mansur.

O SR. JOÃO MANSUR — Senhor Presidente, ao agradecer o apoio do nobre Deputado Nestor Baptista neste requerimento de apelo que fizemos ao prefeito Jaime Lerner, quero apenas colocar as coisas nos seus devidos lugares, porque o nobre Deputado Nestor Baptista, que também tem lutado pelos problemas que dizem respeito ao interesse do povo, mas apenas cometeu uma injustiça contra o ex-Prefeito Municipal de Curitiba, Dr. Saul Raiz, quando afirmou que aquela obra foi uma obra de interesse eleitoreiro, feito às pressas e antes das eleições.

Muito pelo contrário, é uma obra de envergadura, duas pistas de quatro rolamentos que ligam a nossa Capital à São José dos Pinhais e ao Aeroporto Afonso Pena. O objetivo do nosso requerimento, e que teve o apoio do nobre Deputado Airton Cordeiro, representante de São José dos Pinhais, aqui nesta Casa, junto ao Governo do Estado e que conhece perfeitamente o problema, o desvio daquela rodovia, foi tão somente no interesse da Prefeitura Municipal de Curitiba, de aproveitar o viaduto que já existia sobre a Avenida Salgado Filho, razão porque fora feito o desvio do traçado ideal da Avenida das Torres. E o nosso requerimento visa sensibilizar o Poder Público Municipal de Curitiba, no sentido que se construa mais um viaduto, a fim de que se dê um traçado ideal à Avenida das Torres, para que não se comprometa, no futuro, o bom nome de nossos arquitetos, e para aquele desvio não venha comprometer e ceifar vidas de companheiros nossos, de motoristas que vêm, diuturnamente, transportando as riquezas de nosso Estado.

Portanto, quero discordar das manifestações do Deputado, que colocou em dúvida a administração de Saul Raiz e que foi uma administração consagrada por todos os paranaenses, especialmente pelo povo de Curitiba, porque foi uma administração voltada aos interesses de nosso povo e aos interesses do povo de Curitiba. — **(Sem revisão do orador).**

O SR. PRESIDENTE **(Fabiano Braga Côrtes)**. — Continua em discussão.

O SR. MÁRIO CELSO — **(Para encaminhar)**. Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Apenas estranho a redação, porque entendi bem o posicionamento do ilustre Deputado João Mansur. Gostaria de ler a súmula, para deixar bem claro, diz aqui: "apelo ao Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal de Curitiba, Dr. Jaime Lerner, a fim de não alterar o traçado da Avenida das Torres, comprometendo o bom nome de nossos técnicos, transformando a "curva do tomate", como foi batizada, em "curva da morte"."

Realmente, o princípio se entende que o ilustre Deputado pretende transformar a "curva do tomate" em "curva da morte" e, na verdade, não é isto que o que ilustre Deputado quer. O que o Deputado quer, é que não seja alterado o traçado da Avenida das Torres e, conseqüentemente, se evite de que no futuro esta hoje "curva do tomate", possa vir a ser a "curva da morte". Entendi assim a colocação do ilustre Deputado.

Mas a redação, realmente, sugere dúvidas, e, por isto, nós solicitamos ao ilustre companheiro apenas que altere a redação da súmula. Se bem que, na verdade, o corpo do documento já não traz a dúvida. Assim sendo, entendo que é válida a sugestão, porque vem beneficiar a população, sem comprometer os técnicos que vieram a determinar o traçado da Avenida das Torres.

Assim sendo, é um posicionamento pessoal, voto favoravelmente. Mas, não concordando só com a redação da súmula, mas o corpo do requerimento é válido. E entendo até que seria um absurdo nós batizarmos de "curva da morte", porque isto induziria, psicologicamente até, à alta velocidade; nós, que na Câmara Municipal de Curitiba, já solicitamos a modificação, a alteração do nome de via expressa, para via especial, porque absolutamente concordamos com o termo via expressa, sugere também velocidade. Jamais poderíamos concordar com um título de "curva da morte", mas tenho certeza que não foi esta a intenção do ilustre companheiro, Deputado João Mansur, e a intenção dele é a melhor possível.

Assim sendo, voto favoravelmente com esta justificativa e com essa colocação.

Era só, Sr. Presidente. — **(Sem revisão do orador).**

O SR. PRESIDENTE **(Fabiano Braga Côrtes)**. — Continua em votação.

O SR. JOSÉ DOMINGOS — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Diariamente, fazemos esse trajeto Curitiba-São José dos Pinhais e conhecemos muito bem o local a que o Deputado João Mansur se refere.

Já observamos quatro acidentes de grandes proporções, naquele mesmo local, inclusive com um ônibus de turismo que seguia rumo à Santa Catarina, pela madrugada. E naquela ocasião, não havia nem sequer uma sinalização condizente com aquele local.

Então, naquele mesmo dia, estivemos na Prefeitura de Curitiba, e algumas providências foram adotadas. Providências que, realmente, não são as ideais. Apenas a sinalização foi melhorada.

Quando o Deputado João Mansur apresenta um requerimento solicitando que o traçado original venha a ser respeitado, com a indicação de mais um viaduto, somente temos a aplaudir.

Agora, não podemos concordar, em tempo nenhum em

hora qualquer, dizer-se que a Avenida das Torres foi uma obra com objetivo e finalidade política.

A Avenida das Torres é uma obra antiga de Curitiba.

Nós, quando Vereadores, juntamente com o Vereador Airton Cordeiro, daquela época, com Mário Celso, aprovamos os planos orçamentários do Governo Federal destinados a essa obra.

Então, não era uma obra pré-eleitoral. E normalmente, ela teve os problemas que surgem agora. Mas, não podemos concordar que venham dizer que a obra foi de objetivo político, que houve erros de técnicos, ou coisa parecida.

Achamos que é necessário o viaduto, que é necessário que o traçado original venha a ser mantido e que sejam tomadas as providências. Mas, vamos votar favoravelmente ao requerimento do Deputado João Mansur e queremos deixar claro que a obra não teve objetivo eleitoral, em hipótese alguma.

Obrigado. -- (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). -- Continua em votação. -- **Aprovado.** -- Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Egon Pudell, constante do expediente, solicitando regime de urgência para o Projeto de Lei n.º 57/79. -- **Aprovado.** -- Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gilberto Carvalho, constante do expediente, solicitando regime de urgência para o Projeto de Lei n.º 24/79. -- **Aprovado.** -- Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ezequias Losso, constante do expediente, solicitando regime de urgência para o Projeto de Lei n.º 79/79. -- **Aprovado.** -- Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Darcy Deitos, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Ministro da Previdência Social, ao Sr. Ministro da Saúde e ao Sr. Secretário da Saúde e Bem-Estar Social, encarecendo providências no sentido da construção e instalação de um Hospital Regional, em Campo Mourão. -- **Aprovado.** -- Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Valduga, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário do Interior e ao Sr. Presidente da TELEPAR, encarecendo a instalação de um monocalcanal telefônico ou (PS) no Distrito de Paranagi, Município de Sertaneja. -- **Aprovado.** -- Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Tércio Albuquerque, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Secretário dos Transportes, reivindicando a pavimentação asfáltica da rodovia ligando Agrocafeira a Diamante D'Oeste. -- **Aprovado.** -- Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Carlos Zanlorenzi, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Presidente da COMEC, visando apurar responsabilidades sobre os defeitos da pavimentação asfáltica na Rua Centenário, em Campo Largo. -- **Aprovado.** -- Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. José Tavares, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário dos Transportes, consubstanciado em pedido de informações, a respeito da realização das obras da rodovia Bela Vista do Paraíso-Primeiro de Maio. -- Em discussão.

O SR. ERONDY SILVÉRIO -- Peço a palavra para discutir.
O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). -- Fica adiada a discussão para a próxima sessão, na forma do art. 150 do Regimento Interno.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Jurandir Messias, constante do expediente, solicitando a criação da Representação Local Urbana do INPS, no Município de Mamborê. -- Em discussão.

O SR. ADALBERTO DAROS -- Para discutir, Sr. Presidente.
O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). -- Fica adiada a discussão para a próxima sessão, na forma do art. 150 do Regimento Interno.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Jurandir Messias, constante do expediente, solicitando o envio de expediente à Secretaria dos Transportes, encarecendo o acesso asfáltico da BR-369 ao Distrito de Juranda, Município de Mamborê. -- Em discussão.

O SR. ADALBERTO DAROS -- Para discutir, Sr. Presidente.
O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). -- Fica adiada a discussão para a próxima sessão, na forma do art. 150 do Regimento Interno.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Adalberto Daros, lido da tribuna, solicitando o envio de expediente ao Sr. Presidente do Tribunal de Contas do Estado, em forma de pedido de informações, referente ao número de vagas existentes para os cargos iniciais de Técnico de Controle Externo e Oficial de Controle. -- Em discussão.

O SR. WALDYR PUGLIESI -- Para discutir, Sr. Presidente.
O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). -- Fica adiada a discussão para a próxima sessão, na forma do art. 150 do Regimento Interno.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado José Domingos Scarpellini, constante do expediente, solicitando voto de congratulações ao jornal "Gazeta do Povo", de Curitiba, pela campanha de combate à violência, que está promovendo. -- **Aprovado.** -- Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado João Elísio, constante do expediente de sessão anterior, solicitando a transcrição nos Anais da Casa, do artigo do conceituado colonista José Wanderley Dias, na sua coluna do último dia 29, sob o título "A ARMA DE ÓLEO". -- Em discussão.

O SR. ADALBERTO DAROS -- Para discutir, Sr. Presidente.
O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). -- Fica adiada a discussão para a próxima sessão, de conformidade com o art. 150 do Regimento Interno.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nilso Squarezi, lido da tribuna, solicitando o envio de expediente à Secretaria da Educação, no sentido de que informe sobre a promoção denominada "Primeiro Campeonato de Truco do Paraná". -- Em discussão.

O SR. ERONDY SILVÉRIO -- Para discutir, Sr. Presidente.
O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). -- Fica adiada a discussão para a próxima sessão, na forma do art. 150 do Regimento Interno.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado David Cheriegate, constante do expediente de sessão anterior, com sua discussão adiada, solicitando o envio de telex ao Sr. Presidente do Banco do Brasil S/A, em forma de apelo no sentido de que as indenizações do PROAGRO da safra frustrada do último ano, sejam imediatamente quitadas. -- **Aprovado.** -- Ao Departamento Legislativo.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, dia 13, quarta-feira, às 10,00 horas, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

1.ª DISCUSSÃO -- dos Projetos de Resolução n.ºs 45, 46, 47 e 48/79.

Levanta-se a sessão.

Balancete:

DEPARTAMENTO FINANCEIRO - CONTADORIA GERAL
BALANCETE DO MÊS DE MAIO DE 1979

| ATIVO | | | |
|----------------------------------|---------------|---------------|----------------|
| DISPONIVEL | | | |
| TESOURARIA | | 1.301.705,77 | 1.301.705,77 |
| EXECUÇÃO DA DESPESA | | | |
| VENC. E VANTAGENS FIXAS | | 38.810.373,53 | |
| DESP. VARIÁVEIS C/P/CIVIL | | 24.766.445,20 | |
| CONTRIBUIÇÕES DE PREV. SOCIAL | | 856.510,10 | |
| OUTRAS OBRIGAÇÕES PATRONAIS | | 27.324,79 | |
| MATERIAL DE CONSUMO | | 1.937.790,46 | |
| SERV. DE TERCEIROS E ENCARGOS | | 22.397.627,72 | |
| DESP. DO EXERC. ANTERIORES | | 48.015,84 | |
| SUBVENÇÕES SOC. A INST. PRIVADAS | | 6.810.410,43 | |
| INATIVOS | | 11.024.673,65 | |
| PENSIONISTAS | | 2.090.489,36 | |
| SALÁRIO FAMÍLIA | | 546.965,50 | |
| APOIO FINANCEIRO A ESTUDANTES | | 765.600,00 | |
| ASSIST. MÉDICO-HOSPITALAR | | 700.000,00 | |
| OUTRAS TRANSF. A PESSOAS | | 75.018,37 | |
| OBRAS E INSTALAÇÕES | | - o - | |
| EQUIP. E MATERIAL PERMANENTE | | 721.995,82 | 111.579.240,77 |
| CONTAS PENDENTES | | | |
| DESPESAS DIFERIDAS | | | |
| SOMA - ATIVO | | | 112.880.946,54 |
| PASSIVO | | | |
| LIBERAÇÃO DA SEC. DAS FINANÇAS | | | |
| PESSOAL | | | |
| VENC. E VANTAGENS FIXAS | 38.950.000,00 | | |
| DESP. VARIÁVEIS C/P/CIVIL | 26.130.000,00 | | |
| CONTRIBUIÇÕES DE PREV. SOCIAL | 1.070.000,00 | | |
| OUTRAS OBRIGAÇÕES PATRONAIS | 40.000,00 | | |
| OUTRAS TRANSF. A PESSOAS | 100.000,00 | | |
| INATIVOS | 11.064.000,00 | | |
| PENSIONISTAS | 2.126.000,00 | | |
| SALÁRIO FAMÍLIA | 570.000,00 | 80.050.000,00 | |
| OUTRAS DESPESAS DE CUSTEIO | | | |
| MATERIAL DE CONSUMO | 1.695.000,00 | | |
| SERV. DE TERCEIROS E ENCARGOS | 11.173.500,00 | | |
| DESP. DO EXERC. ANTERIORES | 55.000,00 | | |
| SUBVENÇÕES SOCIAIS | 6.810.900,00 | | |
| APOIO FINANCEIRO A ESTUDANTES | 765.600,00 | | |
| ASSIST. MÉDICO-HOSPITALAR | 700.000,00 | 21.200.000,00 | |
| CAPITAL | | | |
| OBRAS E INSTALAÇÕES | - o - | | |
| EQUIP. E MATERIAL PERMANENTE | 1.000.000,00 | 1.000.000,00 | 102.250.000,00 |
| CREDORES | | | |
| DESPESAS EMPENHADAS | 4.105.143,81 | | |
| DESPESAS PROCESSADAS | 3.702.864,90 | | |
| FOLHA DE PAGAMENTO | 2.009.904,15 | | |
| CONSIGNAÇÕES | - o - | 9.817.912,86 | |
| RESTOS A PAGAR | | | |
| EMPENHADOS | 722.774,40 | | |
| PROCESSADOS - CREDORES | - o - | | |
| PROCESSADAS - FOLHA DE PAG. | 1.308,47 | | |
| CRED. EM CONSIGNAÇÕES | - o - | 724.082,87 | |
| CONTAS PENDENTES | | | |
| OUTRAS CONTAS PENDENTES | 88.950,81 | 88.950,81 | 10.630.946,54 |
| SOMA - PASSIVO | | | 112.880.946,54 |

PALÁCIO "DEZENOVE DE DEZEMBRO" EM 07 DE JUNHO DE 1979

GABRIEL LUIZ FRANCESCHI
CONTADOR GERAL

SEBASTIÃO DE L. CARDOSO
CHEFE DIV. CONTAB.

DIRCEU G. CORDEIRO
CHEF. SEC. CONTAB.